



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: PAULO FRANGE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 07 de dezembro de 2011

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Com as presenças dos nobres Vereadores Juscelino Gadelha e Paulo Frange, damos início aos trabalhos da 28ª Audiência Pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que se realiza hoje, 7 de dezembro de 2011. Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link auditórios *on line*.

Esta audiência é para discutirmos a pauta publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, de 3 de dezembro, no *Diário de São Paulo* em 5 de dezembro; e no *Diário Oficial do Município de São Paulo* dias 4,5 e 6 de novembro de 2011.

Vamos passar à apreciação dos itens da pauta.

PL 535/11, do Executivo. “Apoia o Plano de Melhoramentos Viários de Artur Alvim, Itaquera e Cidade Líder, revogando os dispositivos legais que especifica”.

Foram convidados para discutir os Srs. Rubens Chammas, Néelson Costa, Elton Zacharias, Marcelo Branco, Jurandir Fernandes, Otavio Okano, Eduardo Jorge, Márcio Campos, Coronel Wellington, Luiz Ricardo Pereira Leite e Miguel Bucalem.

Indago quem fará a apresentação do PL 535/11, representando o Executivo.

(Pausa)

Informo que o Vereador Chico Macena se encontra presente. (Pausa)

Senhores, sem a aprovação desse projeto não haverá Copa do Mundo porque não tendo melhoramento viário, não teremos como chegar ao Itaqueroão. Indago da assessoria se não há alguém do Executivo para falar sobre o assunto.

O Secretário Miguel Bucalem quer se manifestar? (Pausa) Insistimos junto ao Secretário Jurandir Fernandes porque o assunto tem um trabalho muito grande junto com o Estado. (Pausa) Vamos fazer uma inversão, deixaremos o PL 535/11 para ser apreciado por último. O Presidente da Casa está buscando alguém do Executivo que possa compor com o Secretário Bucalem e nos ajudar porque o projeto é da maior importância não só para região, mas porque temos um calendário que não tem como mexer, a data da Copa do Mundo.

Portanto, vamos deixá-lo para o final para que possamos ouvir plenamente o Executivo.

Peço à assessoria que faça contato com o Secretário Jurandir Fernandes. Seria muito importante porque a região Leste não sabe exatamente quais são as “mexidas” que ocorrerão no sistema viário. A cada dia alguém diz que vai passar uma rua em algum lugar e lá a informação é daqueles que são usuários das vias públicas, de vendedores de cachorro quente, etc. São eles os que mais conhecem do assunto. Através deles, se alguém for ao local saberá tudo que vai acontecer. Mas aqui na Casa vale o que estiver na audiência pública.

Passemos então ao PL 509/11. “Institui o Plano Municipal de Habitação Social da cidade de São Paulo. Já houve as publicações oficiais, e eu gostaria de chamar os representantes da Secretaria de Habitação”. (Pausa)

Beth, você quer compor a Mesa conosco?

Está presente o Vereador Jamil Murad. Obrigado pela presença.

Na última audiência o Secretário Luiz Ricardo Pereira Leite fez uma apresentação. Há mais alguém? (Pausa) Candelária, por favor, componha a mesa conosco.

Aos que quiserem de inscrever, por favor, venham à mesa.

Enquanto a Beth se prepara, estava me lembrando do meu amigo Maná. Imaginem a audiência pública que envolve as hidroelétricas do Norte do país, aonde descobriram quanto problema vai ter. Para chegar na audiência pública tem que ir de barco.

Tereza, você faz a apresentação?

O Secretário Jurandir Fernandes confirmou que não vem.

A Tereza fará primeiro a sua apresentação pessoal para que todos possam conhecê-la melhor.

**A SRA. TERESA ERLINGER** – Bom dia. Meu nome é Teresa, sou coordenadora do Plano Municipal de Habitação. E o plano que elaboramos na Secretaria de Habitação vem abranger o período de 2009 a 2024, é de médio prazo e está baseado nos preceitos constitucionais, no Estatuto da Cidade, bem como ao que estabelece o Plano Diretor

Estratégico do Município de São Paulo e as metas do milênio.

Ele foi construído, não é um produto contratado por uma consultoria especializada, pelo contrário, vem sendo construído pelos técnicos de Sehab desde 2005, há anos então, e vem no sentido da implementação de um sistema de planejamento de médio e longo prazo para a cidade de São Paulo. Ele começou pela instituição de um sistema de informações habitacionais, o HABISP em que todos os cidadãos de São Paulo podem encontrar informação sobre os assentamentos precários, sobre o atendimento habitacional, sobreos vários programas, projetos e obras que vêm sendo feitos pela Secretaria de Habitação, como também informação sobre zoneamento, parques lineares, obras de saneamento da Sabesp, todos integrados nesse sistema. Ele permite uma visão geral da cidade.

Temos aqui um mapa com todos os assentamentos precários de São Paulo, os loteamentos irregulares, favelas e cortiços. E a partir de um trabalho bastante minucioso de conhecimento desses assentamentos, nós mapeamos cada construção de cada assentamento. Por exemplo, aqui temos uma foto aérea de Paraisópolis, com todas as suas construções desenhadas uma a uma. E, a partir deste mapeamento, aplicamos uma pesquisa, pela Fundação Seade, para verificar o número de domicílio e o número de famílias por domicílio em cada uma dessas construções, para a cidade como um todo, como vocês podem ver pelas imagens. E também cruzamos essas informações com informações sobre zoneamento. Aqui temos o mapa das ZEIS, em São Paulo. Em amarelo, a ZEIS 1; em verde, ali embaixo, a ZEIS 3. Além disso, temos informações sobre sistema viário, a hidrografia da Cidade.

A partir de quatro indicadores, quatro informações que estão nesse sistema, nós conseguimos mapear quais eram situações mais precárias e as situações menos precárias da Cidade. São os indicadores: grau de infraestrutura que cada assentamento tem, a partir do mapeamento das redes de água e esgoto fornecidas pela Sabesp, e a partir de vistorias sobre condição de drenagem, iluminação, pavimentação; incidência da área de risco geotécnico, que é feito a partir do mapeamento do IPT, e cada favela tem o seu mapeamento. Nesse exemplo,

a gente tem o mais alto risco nas cores mais escuras e os mais baixos em cores mais claras. Temos um terceiro indicador, que é o de vulnerabilidade social; e o quarto, que é de saúde.

Ou seja, a partir de um retrato das condições de saúde, das condições sociais, das condições de risco e de infraestrutura, nós podemos entender e conhecer melhor a situação das favelas, dos loteamento, dos núcleos habitacionais – conjuntos e cortiços da Cidade. Com isso, é possível dar uma nota para cada assentamento, e também saber qual é o melhor assentamento e o “menos pior”. No entanto, apenas isso não resolve a nossa questão.

Para planejar a ação no território, nós agrupamos esses assentamentos. Decidimos, então, adotar a sub-bacia hidrográfica como uma unidade de planejamento, em consonância com todo o avanço que vem sendo feito no planejamento, desde a instauração dos comitês de bacias hidrográficas, na década de 90, com os avanços do Programa Guarapiranga, que depois se estendeu para o Programa Mananciais. Enfim, nós temos mapeados na Cidade todas as bacias hidrográficas; temos o retrato das melhores e das piores. No caso, as mais escuras são as piores e a pior é naquele marrom mais escuro, ao sul, na Represa Billings, a Bacia do Ribeirão Cocaia. Essas bacias são as que concentram maior número de assentamentos precários e com o maior índice de precariedade – maior número de pessoas em situações mais precárias.

A partir daí, nós definimos, em cada sub-bacia, um perímetro de ação integrada, que congrega vários assentamentos. Então hoje a Secretaria não trabalha mais isoladamente – ela não vai para uma favela isoladamente. Ela busca uma integração de ação entre favelas e loteamentos num perímetro de ação integrada, e integra ainda a sua ação com a Secretaria do Verde, com a implantação de parques lineares, e com a Sabesp, na implantação das redes de saneamento e coletor tronco. Isso vai garantir uma qualidade maior da intervenção, uma otimização dos recursos financeiros e uma sinergia maior entre as instituições públicas.

Nesse sentido, o trabalho social sai do seu foco único e exclusivo naquele assentamento para fazer um trabalho de construção de redes sociais de apoio, que visa

melhorar as condições sociais daqueles moradores para além da favela.

Esses perímetros de ação integrada foram distribuídos ao longo dos quatro quadriênios. Então os mais prioritários estão no primeiro quadriênio, que vai de 2009 a 2012, e depois eles vão sendo distribuídos no segundo, no terceiro e no quarto quadriênios, conforme mostra o mapa.

Temos esse mapeamento das favelas, dos loteamentos, dos núcleos, dos cortiços e dos perímetros de ação integrada.

Em relação às propostas dos programas, há três tipos de demanda. Uma delas é a inadequação, que é aquele tipo de domicílio que pode receber apenas uma melhoria na infraestrutura, na regularização fundiária ou na qualidade do domicílio mesmo e ele fica adequado, de modo que não precisa ser substituído. Então temos os programas de urbanização, o programa de mananciais, o programa de cortiços e o programa de requalificação da moradia, propriamente. Além disso, temos programas de apoio à família – Programa Parceria Social; e um programa a ser instituído ainda, de subsídio ao aluguel. E o um terceiro grupo de programas, que são aqueles necessários para a substituição, para a construção de uma nova moradia, que são os programas de provisão habitacional.

Aqui é um foco na zona Norte, apenas para exemplificar. Aqui são os perímetros de ação integrada por sub-bacia. Aqui temos a Sub-bacia do Cabuçu de Cima. Mapeamos todas as intervenções que serão feitas – Rodoanel, extensão do corredor MTU. Enfim, para todos os perímetros nós fizemos um apanhamento dos recursos necessários. E aqui um resumo bem geral do que precisamos de recursos financeiros.

Para o programa de regularização e urbanização de assentamentos seriam necessários cerca de 20 bilhões, e as obras, já andamento, beneficiam 174 mil famílias, 20 mil unidades em construção, 280 cortiços em obras e 1200 cartas de crédito fornecidas pela CDHU, num valor de seis bilhões em investimento.

Para implementar o subsídio ao aluguel, precisaríamos de cinco bilhões, e, na

parceria, 200 milhões. Em andamento, há 12 famílias no aluguel e 4 mil famílias no parceria – sendo que este número aumentou no mês passado.

Temos a necessidade de construir, em 2009, 227 mil domicílios, e, até 2024, mais 480 mil domicílios nas faixas de renda de 0 a 6 salários mínimos. É bastante coisa.

Em processo de trabalho: 53 prédios em desapropriação; 2 mil unidades previstas para a Nova Luz; 12 mil unidades previstas para as operações urbanas Água Espriada, Faria Lima e Água Branca; e convênios, em estudo ou já assinados com o Minha Casa, Minha Vida, que são em torno de 15 mil unidades.

Necessitamos, para tudo isso, de 40 km<sup>2</sup> de terreno, algo que hoje não temos. E esse é um gargalo do Plano, mas, na verdade, de todas as cidades brasileiras: ter terreno ou imóvel em condições de custo adequado à HIS.

Temos 17 km de ZEIS, mas são necessários 40 km. E temos mio quilômetro em desapropriação. Então, na verdade, é um desafio. Precisariamos de 91 bilhões para investir em todos esses programas, dos quais 61 bilhões precisam ser diretamente aplicados para subsidiar as famílias de 0 a 6 salários mínimos.

A Prefeitura consegue aplicar, hoje, anualmente, um bilhão e meio de reais, inclusive com recursos de orçamento próprio: 61%, em torno de 920 milhões ao ano, provém da Prefeitura; 15% provém do Governo do Estado, através de convênio com o CDHU; e 24% através de convênios com o Governo Federal.

Precisariamos de 3,8 bilhões. Ou seja, faltam 2 bilhões e 300 milhões.

Entendemos que, aprovada a PEC da Moradia no âmbito federal, conseguimos ter um aporte de recursos federais que inverta essa proporção, permitindo-nos atender, em termos de recursos financeiros, o que é previsto.

Em linhas gerais é isso. A versão completa do plano está disponível do site do Habisp.

Era o que tinha a dizer por ora.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Tem a palavra o Vereador Juscelino.

**O SR. JUSCELINO GADELHA** – Em primeiro lugar, quero parabenizar a Sehab pelo trabalho desenvolvido através desse projeto que institui o Plano Municipal de Habitação.

Sabemos que há um conjunto de dificuldades muito grande na cidade de São Paulo, pelas suas diferenças. Há lugares que possuem índice de IDH muito forte, como, por exemplo, a região norte, a região do Jaçanã, principalmente, e a região sul, onde há pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. E acho que esse plano mirou muito essa questão de melhoria da qualidade de vida das pessoas, e também abordou o problema dos cortiços, principalmente na área central e em seu entorno – Mooca, Alto da Mooca, Cambuci, (Ininteligível) e Bela Vista –, onde há maior concentração de cortiços na cidade de São Paulo. Então, de uma forma ou de outra, está medido a dificuldade que as pessoas encontram em sua moradia.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu acho que é um plano que tem todas as condições para ser um plano de realidade. Não sei, porque não acompanhei a questão orçamentária, enfim, o orçamento necessário para executar esse plano. Acho que o plano está bom. Acho que falta dinheiro, agora, para implantá-lo. Acho que é nesse sentido que a Sehab e a Hab vão buscar isso. Não sei como foram alocados os recursos para o orçamento do ano que vem – se tem uma complementação, uma parte disso.

Aliás, você podia dar um quadro para a gente de como está essa questão financeira.

Mas esperamos que, nos próximos anos, esse plano seja, de fato, executado na cidade de São Paulo.

Se você tiver algum número em relação à questão orçamentária, seria bom. Senão, pedimos para buscar o orçamento.

**A SRA. TERESA ERLINGER** – O detalhe do orçamento deste ano eu não tenho em mãos. Mas sempre temos previsto esse investimento em torno de 900 milhões, um bilhão,

com recursos que hoje também vêm pelo Fundo de Saneamento. E o Governo Federal tem também a intenção de ir aplicando mais recursos, à medida em que obtiver a aprovação dessa PEC da moradia. É interesse de todo mundo investir na cidade de São Paulo. Agora, o que importa num plano desse horizonte temporário, de médio prazo, é que ele consegue quantificar as necessidades e onde estão os gargalos. Então há gargalo na questão fundiária e na questão financeira. Na questão financeira até menos, e na fundiária talvez um pouco mais.

E o que importa é que a gente consiga construir uma trajetória: “Bom, então vamos atacar esses dois principais problemas”. E os Governos Federal e Estadual, que também tem os seu planos elaborados, também têm esse interesse de convergir os recursos para a Cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Teresa, há um dúvida com relação ao plano: aquilo que estamos contemplando é aquilo que está se projetado e que necessitamos? Está sendo atendida aquela demanda reprimida? Porque onde a gente anda na Cidade tem alguém inscrito em algum desses programas, esperando casas há cinco, seis, oito, dez anos. Esse passivo todo vai ser contemplado antes? Em que momento ele vai ser contemplado?

Aqui eu vejo uma senhora, a Dona Maria Zilma, do Movimento de Moradia. Infelizmente, os movimentos não tiveram acesso a essas informações para estar aqui hoje. Mas a qualquer um, se perguntar, eles vão dizer que estão aí há dez anos esperando casa, há 15 anos esperando casa. Lembro ainda quando Erundina esteve lá. Começa a repetir nome de pessoas. Jânio Quadros... E eles continuam sem casa.

Aí fala: “Ah, mas esse pessoal está cadastrado”. Ele foi cadastrado pelo menos umas vinte vezes. Cadastrado pelo serviço social da Prefeitura, por uma empresa terceirizada; foi cadastrada pelo pessoal do CDHU; e agora pelo Governo Federal. Então a mesma pessoa deve estar cadastrada em vários programas. Como a gente consegue identificar qual é a real necessidade?

Primeiro: não temos um cadastro único para aqueles que vão buscar esse espaço; não existe um cadastro único.

Na rua que eu moro, inclusive, eu sei do caso meu zelador, que tem um bocado de cadastro. E aí, como não saiu nada, ele me deu a boa notícia de que conseguiu comprar 57m<sup>2</sup>, ali, perto da Rua Diana, sem garagem, novinho, por 150 mil reais, para pagar em 30 anos. A loucura que ele fez de ficar morando num lugar caro, ali do lado, e não vai conseguir fazer supermercado na região. Ele viveu a vida toda em Perus, esperando, e agora resolveu ficar ali, porque achou um gerente de banco que fez a documentação dele, e ele entrou.

Eu queria sair do patamar de plano, projeto, proposta, sonho. Aliás, tem que ler um livro de um paraibano chamado *Sonho e Feijão*. Vamos falar de feijão. Não é crítica, Teresa, mas, de verdade, como dizer o seguinte para a periferia: “Meu, o negócio é o seguinte, tem um plano de habitação do município. O senhor está aqui. A sua casa vai sair mais ou menos daqui a cinco anos, seis anos, oito anos, dez anos. O senhor está cadastrado? O seu número é?” E agora volto a insistir no raciocínio anterior.

Havia uma desconfiança enorme sobre a fila de transplante renal. Trabalhei a vida inteira com cardiologia, e tínhamos muito pacientes transplantados de rim, e havia muita gente que passava na frente mesmo. Porque vinha de Rondônia, chegava aqui, transplantava primeiro e ia embora. Agora está tudo na internet; não tem como furar. A não ser que seja por gravidade.

Então também aqui nós temos a pessoa cadastrada. Se ele agora está numa área de risco 4, e nós sabemos quais são os nomes, porque o instituto fez uma pesquisa muito boa, e por isso nós temos certeza de quem está na área de risco 4, nós temos que priorizar aquele momento, para poder atender uma demanda emergencial. E para isso precisaríamos ter um estoque regulador. O que eu queria era encontrar, no plano, em que lugar que a gente pode ficar seguro de que estamos aprovando um plano de habitação-feijão – que não seja sonho. Porque aí vai mudar o governo e vai vir um outro plano mudando esse, jogando o pessoal para mais dez anos. Daqui a quatro anos muda o governo, aí vem outro plano.

Falo isso porque uma boa parte dos Vereadores desta Casa vem repetindo

legislatura. Eu estou indo para a quinta, e estou ouvindo isso desde que cheguei aqui. Quando cheguei aqui, já tinha Vereador indo embora, falando que ouviu tudo isso também. De prático, onde vai ficar? Porque os números aparecem mesmo.

Ontem, numa mágica, apareceu quase 1 bilhão no Orçamento, 700 milhões. Pá! Surgiu. Foi fabricado. Papel aceita mesmo. Vemos ali que tem mais 6 bilhões, 8 bilhões e aí falamos que na Faria Lima, bem no nosso nariz, tem 180 milhões guardados desde 1995, porque não conseguimos gastar para fazer sequer uma casinha, dentro da Operação Urbana Faria Lima, onde o mundo inteiro desce de helicóptero.

Se não olhamos aqui, imaginem em Guaianases.

Entendeu, Teresa. Eu queria ouvir da Habitação, aproveitar que a Bete está aqui, que é uma pessoa sensível e sabe do que estou falando, porque nós vivemos o outro lado.

Estou, de novo, insistindo. O Vereador Juscelino é um bruto pé de barro, aqui tem outro pé de barro, vamos conosco no final de semana para a periferia, tomar cafezinho na casa da D. Zilma, na casa do pessoal que está lá na ponta e está sempre com uma lista de nomes. E não muda.

O que quero entender é se nesse plano temos um cronograma? O que vai ser entregue? O que está assinado? Quando é que começaremos a ver isso acontecer?

Porque fica complicado demais quando digo que vamos fazer tudo isso aí e só tem 0,38% do território do Município para tudo isso. Como que põe esse pessoal aqui? Nem em prédio de 100 andares conseguiremos.

O que temos dedicado de território para implantar esse projeto não será em São Paulo, poderá ir para Cotia, Embu. Não consigo raciocinar com esse número onde coloco tanta gente sem área, sem terreno.

Na periferia todos sabem que não tem terreno, porque eles ficam procurando para vir contar para a Bete onde acharam um terreno novo. Mas quando esse terreno é somado, sempre tivemos essa conta, mais ou menos 0,5% do território do Município de São Paulo é

ZEIS. É muito pouco para atender a essa demanda, mesmo fazendo vertical com quatro andares.

**O SR. JUSCELINO GADELHA** - Apenas acrescentando ao que o Presidente falou, esse projeto não está pautado na extraordinária. É importante que a Secretária Bete e o Secretário Ricardo conversarem com o Líder do Governo para saberem se esse projeto estará pautado no pacote dos projetos que serão votados no final do ano.

Chegou agora o relator do Orçamento, eu perguntei agora qual era o dinheiro que tinha no Orçamento, creio que o Vereador Milton Leite poderia dizer para nós.

O que o Paulo colocou do cadastro, creio que o grande problema que temos nos movimentos sociais hoje é que o movimento vai migrando e recebendo. Então, há uma fábrica de movimentos que é um tipo de suga-suga, vai migrando e tirando dinheiro da Habitação para o que é de interesse social. Ou seja, eles vão migrando e recebendo dinheiro de vários temas. Sai daqui, vai para o outro lado, e vai recebendo. Se tivesse um cadastro unificado do Governo Federal, do Estado e do Município, creio que ficaria muito mais fácil. Bateu o CPF da pessoa e saberíamos se está cadastrada em algum lugar. Há um descontrole nisso.

É necessário saber também qual é o cronograma financeiro para implantar o projeto do Plano. Em 2012 precisaremos de tanto, em 2013 tanto, 2014 de tanto e você, conosco e com o Executivo, poderá fazer um cronograma para executar de fato o Plano Municipal de Habitação. Senão será aquilo que o Vereador Paulo disse, passará muitos anos e não conseguiremos fazer o Plano e só estaremos discutindo.

**A SRA. ELISABETE FRANÇA** - Bom dia a todos, Presidente Paulo Frange. A primeira informação que gostaria de passar aos senhores, é que desta vez estamos utilizando recursos da Operação Urbana Faria Lima e Água Espreada para construir unidades habitacionais.

Estamos construindo no Real Parque 1.200 unidades, inclusive todos estão convidados, porque no dia 12 vamos entregar o primeiro bloco para a população que mora ali.

Na Água Espraiada, estamos construindo cerca de mil unidades, temos contratadas mais 4 mil unidades para início de obras no começo do ano.

Já estamos com 6.100 unidades. É a primeira vez no Município de São Paulo que utilizamos recursos da Operação Urbana para habitação de interesse social que, como o senhor falou, creio que é muito positivo.

Em relação ao Plano, nos seus anexos é bastante detalhado e é possível saber para as famílias que moram em cada assentamento, qual é o quadriênio da intervenção.

Quanto às famílias que estão em cadastro há muitas décadas, hoje está uniformizado o atendimento dos programas federal, estadual e municipal. Há uma resolução do Governo Federal quando são utilizados recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, que estabelece áreas de risco, famílias de maior antiguidade no cadastro, com mais filhos, etc.; há uma resolução do Conselho Municipal da Habitação, que também estabelece algumas particularidades com relação a São Paulo; há um cadastro oficial – para o federal, estadual e municipal – que é o da COHAB.

É possível preencher esse cadastro pela internet, no portal da Prefeitura, é muito simples. Se a pessoa tiver alguma dúvida, temos a Central da Habitação, na Rua São João, onde a pessoa pode esclarecer os cadastros antigos.

Temos atendido na sequência, mas hoje o cadastro da COHAB tem 800 mil inscritos, para pessoas de um a seis salários mínimos.

Os recursos federais só agora estão sendo utilizados no Município de São Paulo, são importantes, eram 3 salários mínimos no Minha Casa, Minha Vida. Mas imaginamos que agora que aprendemos o caminho - o CDHU também, o Governo do Estado com seu novo programa habitacional -, a fila com certeza está andando mais rapidamente.

O Plano estabelece claramente essas prioridades.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) -** Ok. A nossa preocupação com habitação de interesse social nas intervenções urbanas é que está saindo, mas ficou 15 anos sem fazer uma

casa. Entendeu, Bete?

Moro ao lado daquela que é uma das mais tristes intervenções urbanas do planeta, chamada Água Branca. Nunca fizeram uma casinha, justamente para quem precisava. Ainda estão desapropriando terreno para fazer e a Operação já está acabando. Já vamos mudar. Na verdade, aquilo virou um enorme vazio, tinha terreno de sobra, ninguém usou o terreno que precisava. Aí todo mundo vai comprando terreno, vai verticalizando e fazendo o que interessa e vamos deixando o pessoal ir mudando para a Serra da Cantareira, para Brasilândia, não tem outro lugar.

Temos inscritas duas pessoas: Maria Zilma e Laerte Brasil. Antes tem a palavra o Vereador Chico Macena.

**O SR. CHICO MACENA** – Obrigado, Presidente, cumprimento a Sra. Bete França, a Teresa e dizer que somos parceiros e solidários, porque constantemente levamos os conflitos, as angústias e a Bete sempre nos recebe para tentar resolver esses problemas da cidade de São Paulo que são agudos.

A respeito dos programas de assentamentos precários, temos percebido que há atuação muito forte em Paraisópolis, Heliópolis e na região do Guarapiranga, na área de mananciais, como uma intervenção que não é pequena, é algo volumoso, vultoso e importante para cidade de São Paulo. Pergunto se há outro projeto em vista, a médio e curto prazo, em outras áreas da Cidade.

Há 12 mil famílias no Programa Bolsa Aluguel, é isso? Recebemos um número na Câmara que era em torno de 17 mil.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CHICO MACENA** – Então, são 17 mil, mesmo.

Na área do Programa de Provisão Habitacional, temos um déficit, talvez a maior dificuldade de atuação hoje. Então, a Teresa falou que temos uma necessidade de 40 quilômetros quadrados de área, mas temos 17 de ZEIS. Há algum planejamento de gestão em

cima dessas ZEIS, porque sabemos até que uma parte são áreas particulares, mas é necessária uma gestão do poder público para garantirmos, pelo menos dos 40 quilômetros, dá um pouco menos de 50% da necessidade.

Percebemos constantemente uma pressão na Câmara Municipal de São Paulo para mudança de ZEIS. Sempre há um projeto de alteração. Temos resistido, brigado, para não alterar ZEIS; houve uma tentativa de algumas áreas a zona Leste; houve uma discussão anterior de permuta de áreas mais centrais, para jogar as ZEIS para a periferia, voltando os problemas da infraestrutura da Cidade; agora, no momento seguinte, discutiremos o Piritubão onde há duas ZEIS na área, estamos defendendo que permaneçam, indicaremos claramente o que será feito naquelas áreas, são 140 mil metros quadrados.

Enfim, há algum projeto ou programa, alguma gestão, para que utilizemos essas ZEIS o mais rapidamente possível, de forma que não fiquem ou para especulação, ou para ser objeto de pressão daqueles que as detém, para que haja mudança de zoneamento.

Sabemos que muita gente guardou isso esperando alterar esse quadro na revisão do Plano Diretor do Município de São Paulo.

Sobre os recursos financeiros, o Vereador Paulo Frange falou sobre as Operações Urbanas. Pergunto se dentro do que será arrecadado nas Operações Urbanas temos no mínimo 10% destinados à moradia de interesse social. Agora, a lei diz no mínimo, e o problema é que só usamos o mínimo de 10%. O Executivo sempre tem trabalhado com o mínimo. Há um debate nesta Casa para aumentar os CEPACs da Faria Lima, o Executivo mandou uma proposta de mais 500 mil. Estamos discutindo se há necessidade dessa quantidade, porque o próprio técnico do Executivo que esteve presente afirmou que 300 mil seria mais do que necessário.

Suponhamos que se fossem 300 mil ou os 500 mil, se for o valor que foi negociado no último leilão, ou seja, 4 mil reais cada título, poderíamos colocar 50%, que dariam 2 mil reais para cada título. Portanto, teríamos 1 bilhão de reais, onde já temos um saldo em caixa de

quase 780 milhões.

Na Faria Lima temos vinculado para HIS um saldo hoje de 142 milhões - movimentação de 30.9:2011, o último que conseguimos pegar na São Paulo Urbanismo. No Real Parque, são 32 milhões, mais 7 de desapropriação, quase 40 milhões que foram efetivamente empenhados.

Ainda assim sobram 142 milhões, para os quais precisamos discutir como agilizar e gastar esse dinheiro o mais rápido possível, assim como utilizar as Operações Urbanas para prover a Cidade de habitações de interesse social.

Muitas vezes, todos os recursos que temos implementado são para obras no sistema viário, que na maioria das vezes valoriza apenas o empreendimento privado que lá foi instalado. Assunto que foi mencionado quando foi discutida a lei, porque é um dos objetos da Operação Urbana. Mas do ponto de vista dos recursos, há um planejamento de gestão?

Foi falado do Governo Federal, creio que temos de buscar mais recursos, porque o tamanho da cidade de São Paulo não justifica um investimento tão pequeno da União, pois aqui está concentrado o maior problema do país, do ponto de vista do tamanho, na área habitacional. Mas temos de ter uma gestão mais eficaz dos nossos recursos, para não ficarmos com tanto dinheiro em caixa.

**A SRA. ELISABETE FRANÇA** – Vereador Chico Macena, infelizmente a imprensa só divulga as intervenções em Paraisópolis e Heliópolis que são as mais centrais. Para seu conhecimento, temos cerca de 80 intervenções desse mesmo tipo.

Na zona Leste, que me vem à memória, temos 15 grandes intervenções: Jardim Nazaré, São Francisco, Vila Nilo; na zona Norte, uma delas utiliza o crédito carbono, que é a urbanização do Bamburral. Há muitas nas áreas dos mananciais, por óbvio há necessidade de fazer as intervenções, é um programa junto com os Governos Federal e Estadual.

No total, Vereador, temos 140 mil famílias envolvidas nesses programas de urbanização, regularização de loteamentos e de melhorias em cortiços. Desses 140 mil

domicílios, 20 mil vão para novas unidades, por estarem em áreas de risco ou em frente de obras. Essas unidades também já estão contratadas, em andamento ou já entregues.

Nos programas da COHAB, que é quem gerencia o contrato com a Minha Casa, Minha Vida, temos já viabilizadas 8.500 unidades de zero a 3 salários mínimos.

Então, claro que é muito maior o déficit, mas tudo está caminhando.

Na Operação Urbana estamos realmente junto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretário Miguel e sua equipe, aprofundando cada vez mais essa ideia e garantindo, via legislação, da utilização dos recursos da Operação Urbana para habitação de interesse social.

No caso da Faria Lima, existe uma limitação que é a da legislação, que só contempla a intervenção em três favelas: Real Parque, Coliseu e Panorama. É um limite que não existe na Operação Urbana Água Espriada.

Nas próximas operações que o Secretário Miguel está preparando, são cerca de 25% dos recursos, são direcionados para habitação de interesse social, viabilizando as ZEIS do local, de forma a permitir que as pessoas continuem morando perto do local de trabalho, onde vivem há bastante tempo. Creio que as novas Operações Urbanas que estão sendo preparadas resolvem completamente esse problema.

Agora, nas anteriores, nos deparamos com a legislação. Por exemplo, imaginávamos construir as unidades para a Favela do Moinho com recursos da Operação Urbana Água Branca e o Ministério Público vetou porque a favela não é no perímetro, fica há duas quadras, é meio *nonsense*, mas, enfim a lei deve ser obedecida.

**O SR. CHICO MACENA** – Só uma sugestão, aproveitando o Secretário Miguel Bucalem. Essa é uma mudança na lei que eu acho a Câmara Municipal de São Paulo teria total disposição de fazer rapidamente, mudar o perímetro para incluir áreas de interesse social da cidade de São Paulo. Se há um problema na lei, nós podemos, a Câmara Municipal de São Paulo pode rever o perímetro e aprovar. A exemplo do que temos feito para contemplar outros

interesses da cidade, talvez esse seja mais premente. Uma sugestão para o Executivo é encaminhar a esta Casa a mudança na lei para podermos utilizar não só 10%, mas quem sabe acima dos 10% previstos nas operações urbanas.

**A SRA. ELISABE FRANÇA** – Vereador, aproveitando a sua deixa, nós contamos com o Legislativo porque, por exemplo, a construção da HIS conta como estoque construtivo, o que é um absurdo. Por exemplo, as famílias do Real Parque já moram no Real Parque. Então, não estamos utilizando estoque. Então, esse projeto de lei ser aprovado seria importantíssimo. HIS não pode gastar estoque construtivo da cidade de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Antes de passar a palavra aos inscritos, gostaria que a Secretaria pudesse nos apresentar algum tipo de proposta em que na construção de Habitação de Interesse Social, nos conjuntos, pudéssemos ter inserido a figura do comércio local. Ainda é um grande conflito na periferia de São Paulo. As pessoas moram, quem mora nos morros do Jaraguá, o cidadão para ir ao açougue tem que ser bom de perna! Para baixo nem tanto, mas ele não volta. Você vê ali um prédio e passa um ônibus que da a volta no bairro inteiro para parar na rua de cima. Então, se não tivermos coragem e vergonha em nossas caras de assumir a realidade de São Paulo, em que as pessoas são separadas por alguns metros do que precisam e não tem como chegar, é um absurdo. Temos unidade de saúde na zona Leste em que quem está do lado de cá vê a unidade, mas não tem como chegar! Há um córrego, mas não há uma ponte. Ele tem que pegar um ônibus e dar a volta no bairro para chegar do lado de lá. Entre ele e o sistema de saúde existe o sistema de transporte. E a distância é pouco mais de 300 metros até a unidade e ele não chega.

Nesse processo teríamos que ter algum mecanismo estabelecido para a cidade toda. Não podemos criar zoneamentos diferenciados em que pudéssemos licitar para que tivesse o comércio local, a farmácia, a padaria, o açougue, a cabeleireira, alguma coisa nesse sentido, bem próximo porque não fazendo assim, eles fazem à revelia. E estão certos porque é uma lei, é a lei de mercado. A tendência normal das pessoas é querer ter tudo perto de casa.

Em não fazendo isso, Beth, naturalmente estamos contemplando, de novo, o poder de meia-dúzia que detém o poder de vender tudo no Brasil, que são os grandes supermercados, as grandes redes com os seus mercados-espelhos na periferia, que também ficam nas coletoras, e bem longe. Vendem mais barato, aí a pessoa vai, com enorme dificuldade, e você vê a pessoa com muleta num braço, sacola no outro, neto nas costas, é uma cena horrível.

Mais uma vez digo a vocês da Habitação que é diferente, vocês não andam muito por lá, mas precisam dar um pulinho para ver. Se não assumirmos agora a responsabilidade e resolvermos o problema do que está instalado porque em todas já têm comércio, quase em todas têm comércio, temos de tomar uma atitude. Ou decide, tem mesmo e regulariza o que tem porque nós anistiamos tudo neste país. Agora vamos anistiar também desmatamento. Aliás, foi anistiado ontem, a partir de agora em nome de Suzano e Cia e outras empresas de eucaliptos, vamos anistiar quem desmatou.

Teremos então de resolver esse problema, que é o que mais traz questionamentos nos bairros em que nós vamos. Neles existem habitações construídas, novinhas, novinhas, mas as pessoas não têm aonde comprar o que precisam em suas casas. Quem sabe a solução não é um artigo no Plano em que o Município determina ou cria a figura do espaço comercial para atender aquilo que é local, aquilo que o bacana tem em Pinheiros, por exemplo.

Não há a menor chance de entender que não vão fazer os puxadinhos, fechar as garagens e fazer um comércio local. E então ficam então à mercê da fiscalização. Quando não existe, eles tocam; quando existe, vão, promovem o fechamento, o que cria sempre um grande problema.

Queremos então uma proposta da Secretaria para que pudéssemos estudá-la nesta Casa. O Governo Kassab tem tido atitudes corajosas desde o Cidade Limpa até agora. E esse é um problema muito grande nos bairros.

Passo a palavra para a Maria Zilma do Grupo Mães Flor do Oriente. Depois falará Laerte Brasil.

**A SRA. MARIA ZILMA** – Bom dia a todos, senhoras e senhores. A minha pergunta é para a Dra. Bete França. Somos uma associação organizada. Temos famílias que estão participando há cinco, dez anos. Temos pessoas que apresentam as convocatórias antigas, que era da Cohab de 76, de 78, e que nunca foram chamados para moradia, para nenhum empreendimento.

Vemos aí vários tipos de programa. Só que a nossa realidade no Brasil, as pessoas ganham no máximo três salários mínimos. A cada esquina que nós vamos, a gente vê uma construção, são várias construtoras fazendo moradia de seis a dez, doze salários mínimos, mas nós estamos trabalhando numa realidade que não tem nada a ver com o nosso povo.

A gente cria uma expectativa de estar naquela organização com eles, acreditando que um dia vão ser atendidos, que vai melhorar. E o que está acontecendo? Eles estão recebendo cartas, pessoas da minha associação, para ir num empreendimento lá em Guaianases, para quem ganha de três a seis salários. Não sei se houve convênio entre Cohab e construtora, mas eles estão recebendo.

Gente, a moradia é o bem mais precioso da família. Estamos mexendo com o que é mais precioso, com suas casas. E quando chegam lá: olha, você tem que ganhar no mínimo seis salários se não, não é aprovado. Olha o balde de água gelada. E eles estão na reunião com a gente, estão no cadastro do Minha Casa Minha Vida, que foi unificado – Cohab, CDHU e Caixa Federal. Nos três governos eu sou cadastrada porque participo de tudo que é licitação. Ganhei a licitação, a senhora sabe, da de um a três mínimos. A Associação pegou num primeiro momento 30 unidades e a gente olha para aquela multidão: o que vamos fazer? As pessoas estão a dez anos esperando, mas temos que ter o cuidado de ver como fazer. Costumo fazer sorteio para não priorizar ninguém. Juntamos os que estão com mais dificuldade e fazemos isso.

Vereador Paulo Frange, obrigada pelo convite. Eu gostaria muito que vocês, aqui na Casa, que estão me dando esta oportunidade hoje, vissem com muito cuidado o que vai ser

aprovado, com muito carinho, e pensassem muito nas pessoas que ganham de um a três, porque esse é o nosso povo. Se for de três a seis, eles vão numa construtora e compram as suas unidades. O que tem mais é construção aí, não é verdade? Então, gente, vamos pensar melhor nessas famílias, pessoas que estão cadastradas há muito tempo.

Eu tenho uma licitação ganha na Cohab vai fazer dez anos. Foi a última licitação que teve para mutirão. O Santa Etelvina eu entreguei, porque eu aceitei a parceria junto à Cohab e CDHU. Aí eu estou tentando a outra licitação que já está ganha também, dessa mesma época. Essas famílias estão esperando há mais de dez anos, e acreditam no que a gente fala. Então eu gostaria muito, Dr. Paulo, que o senhor nos ajudasse, ajudasse os movimentos de moradia e ajudasse a Dra. Bete França que é uma pessoa que, quando a gente chega lá na Cohab, ela faz de tudo para tentar nos ajudar – não é verdade, Doutora? E até na bolsa-aluguel eu consegui algumas coisas, que a dificuldade estava muito grande, pessoal. Eu quero agradecer à senhora por ter me ajudado em algumas bolsas-aluguéis. Mas eu queria que vocês vissem melhor essa coisa de um a três salários mínimos, que é o que nós precisamos. Outro dia eu fui a uma reunião, “olha, CDHU tem dinheiro a puxar com rodo”. Se tem dinheiro a puxar com rodo faz as casas de quem precisa, está certo?

É isso que eu tenho a falar. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado. Vamos ouvir Janete Lima (ininteligível) do Butantã.

**A SRA. JATENE LIMA** – Bom dia a todas e a todos. Agradeço pelo convite. Esta discussão é muito importante porque não se pensa no planejamento da Cidade sem pensar na moradia, principalmente para as pessoas de baixa renda.

Quero fazer um questionamento sobre o cadastro único, porque fica parecendo que a pessoa é contemplada com a casa, aí ela vende, vai para outro lugar e a responsabilidade é da pessoa que está na casa. Só que o poder público tem que fazer o cadastro único. Gente, nós estamos discutindo isso, já tem 30 anos que eu estou no movimento de moradia e tem 30

anos que eu falo a mesma coisa. Meu discurso é o mesmo, eu não preciso escrever nada porque o discurso é o mesmo, porque as coisas... Oito mil e quinhentas unidades para Minha Casa Minha Vida. Isso aqui é menos que um pingão d'água no oceano. É ridículo. Num final de gestão. Quanto tempo esse Prefeito está na gestão? Então a gente precisa...

Outra questão é que a Casa... eu quero participar mais, eu quero estar presente, eu quero colocar meu *e-mail*, porque eu quero vir para essas discussões aqui. A gente também precisa sair da periferia e vir para cá, que é muito longe, a gente leva duas horas, mas a gente tem que participar porque a Casa tem que fiscalizar essa questão do cadastro, tem que exigir que a Secretaria faça esse cadastro. Eu não quero falar de governo Federal nem estadual. Eu quero que o Município faça o cadastro único, porque não é possível mais. Eu fui cadastrada na Cohab em 1976 e nunca fui chamada. Mil novecentos e setenta e seis, mãe solteira, com uma filha pequena. Nunca fui chamada. Aí fala que todo ano tem que fazer. Gente, a gente não sabe nem ler e escrever, como é que a gente vai ficar todo ano se cadastrando na Cohab? Se a Cohab tem um cadastro único e aquela família foi contemplada, ela retira e a fila anda.

Outra questão é a de inscrever as comunidades, as favelas para retirada. Tem duas comunidades no Butantã que estão numa situação lastimável. Quer dizer, várias, mas essas estão numa situação lastimável. Primeiro é o Caramazal, que começou um projeto de retirada das famílias, depois parou, abandonou, e a coisa está aumentando e a gente, as pessoas que moram no entorno... Tem um córrego, as casas estão em situação de risco porque o córrego foi desviado. A Subprefeitura diz que não é um problema dela e a gente quer saber de quem é o problema. A outra é o Jardim de Abril que, com as chuvas agora... E o poder público tem que se responsabilizar por isso, porque a gente não sabe a... Chega na Subprefeitura, faz o cadastro, faz a discussão, mas não avança.

A gente falou com o Carlos – olha, gente, é uma coisa maluca isso -, o Carlos falou assim: “Não chegou nada para mim aqui”, e o Carlos é um companheiro nosso, é uma pessoa presente no Butantã, tem discutido conosco, apresentou esse trabalho que é um projeto

espetacular – o projeto que vocês fizeram é -, mas a gente quer que ele aconteça, a gente quer essa fila, a gente quer acompanhar, a gente quer transparência, porque a gente quer saber onde está o negócio.

Quero perguntar também por que é que se pensa na situação do pessoal que está em área de risco, que são as comunidades, mas a gente que está no movimento de moradia... Está sendo construído dentro da Cohab Raposo Tavares o Minha Casa Minha Vida, de uma indicação de uma área que foi feita pelo movimento, e o movimento não foi chamado, não foi convocado nem para dizer: “Olha, vocês indicaram essa área, mas vocês não vão ser contemplados”. Nós queremos que os nossos movimentos, que essa lista seja atendida. Eu tenho outro modo de ver essa questão de área, Vereador. O senhor sabe, porque o senhor está aqui há várias gestões, a questão é política. Quando se quer fazer as coisas acontecem. Quando tem vontade de ambos os lados as coisas acontecem.

---

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tem a palavra o Laerte Brasil. Em seguida vou passar para a Bete, para as respostas.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Primeiramente vou parabenizar o Presidente desta Comissão, os demais vereadores, autoridades da Mesa. Sou Laerte Brasil Santos de Oliveira, Presidente da Ação São Paulo Sustentabilidade e Vidas, que é a federação de sustentabilidade as políticas públicas sociais, ambientais e culturais dos moradores e empreendedores dos bairros e vilas de São Paulo. Também parabenizo a Sehab pela apresentação do projeto.

Particpei da primeira edição da Conferência das Cidades em Brasília e nessa conferência tive a ideia brilhante de apresentar o projeto Minha Casa Minha Vida, que foi aprovado por todos os delegados daquela conferência. Mas o projeto previa 10 milhões de unidades habitacionais até 2016, mas está havendo muita irregularidade. O Governo Federal não conseguiu implementar o plano e está havendo muita irregularidade. São 3.200 unidades até agora.

Mas vou me ater aqui à apresentação do Parque do Cocaia e Jardim Gaivota. A ocupação do bairro na época foi feita sem nenhum planejamento urbano e arquitetônico e a orla da Represa Billings está comprometida. As casas foram construídas em cima, tem vários lixões ali, aterros sanitários que, além de colocar a saúde daquela população em risco, vêm contribuindo com a contaminação do lençol freático e da camada de ozônio. A minha pergunta para a Sehab é se tem algum plano de recuperação da orla da Billings. Não é a classe trabalhadora que polui a lagoa, são os ricos que têm suas mansões construídas ali em cima da lagoa - inclusive o Sr. Paulo Maluf tem uma mansão bem em cima da lagoa – que vêm contaminando a bacia da Represa Billings. Eu queria saber se tem algum projeto de recuperação da lagoa, se tem algum projeto de tirar os moradores para a implementação desse projeto e se tem algum plano de indenização para aquelas famílias.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Passo a palavra para a Bete.

**A SRA. ELISABETE FRANÇA** – O questionamento da Maria Zilda, eu não me comprometo a verificar essa questão dos salários do empreendimento Guaianases porque ele é para um a três salários mínimos. Deve estar.... a menos que seja outro que não do Minha Casa Minha Vida. Mas a gente se compromete, você pode marcar ali com a Dra. Nanci, que é a nossa diretora social, a estudar esse caso.

Eu gostaria de dizer que nas resoluções tanto do Conselho Municipal da Habitação quanto do Conselho Federal da Habitação já está contemplado o interesse das associações de moradia no atendimento; 25% das unidades habitacionais produzidas com recursos do Minha Casa Minha Vida são para os movimentos de moradia. Nós fizemos uma seleção, uma licitação, uma coisa bacana. O movimento tem que mostrar que trabalha há tempos etc., e as primeiras unidades, não são muitas, mas já estão sendo chamadas as associações.

O cadastro – vamos deixar isso muito claro -, o cadastro único da habitação hoje é o da COHAB, para atender qualquer tipo de empreendimento, seja do Governo Federal, do

estadual ou do municipal.

Em relação às moradias em áreas de risco, Caramazal e Jardim de Abril, nós demos prioridades neste ano para as moradias que o IPT, o relatório do Instituto de Pesquisas Tecnológicas indicou. São 1.132 moradias em extremo risco, risco de cair hoje. Já as outras – eu conheço bem o Jardim de Abril e o Caramazal, que também são risco iminente – estão contempladas nessa priorização, como a senhora pode ver. A área de risco é prioridade absoluta, então, à medida que as intervenções vão acontecendo, essas questões vão sendo atendidas. Claro que, com as chuvas que virão na sequência, nós vamos verificar junto à Subprefeituras do Butantã essa questão, se eles levantaram o risco etc. e tal para o atendimento.

Em relação à Cohab Raposo Tavares, é um empreendimento que foi transferido para o Minha Casa Minha Vida. A partir do momento em que o empreendimento é transferido, os convênios que vocês assinaram há dez, quinze anos, do mutirão, ele passa a seguir as regras ou da CDHU ou do Minha Casa Minha Vida, que são as resoluções. O que não significa, porque o movimento está cadastrado, que não entre na cota do atendimento à questão das famílias inscritas no movimento de vocês. Acho que também a gente pode marcar uma reunião específica, a senhora pode falar com a Nanci e a gente pode, na semana que vem, conversar sobre isso.

Finalmente a questão o Laerte. Acho que é do conhecimento geral que a Prefeitura, com recursos do Governo Federal e do Governo do Estado, tem um programa de intervenção enorme na região da Guarapiranga e da Billings. Algumas intervenções grandes já estão feitas ali, tipo Cantinho do Céu. São 10 mil famílias, a orla foi toda recuperada, virou um parque que estão sendo bastante divulgado, um parque maravilhoso. E o Cocaia está na previsão, está sendo licitado neste ano para intervenção no ano que vem, o mais tardar em 2013. Lembrando que o passivo recebido é grande, são três milhões de paulistanos que têm algum tipo de precariedade, então infelizmente não vai... Vai num ritmo bastante acelerado, na minha

opinião. O orçamento tem contemplado a Habitação com recursos consideráveis, mas ainda não vai no ritmo que aqueles estão há dez anos na lista da moradia gostariam que fosse.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Não havendo mais inscritos, está encerrada a audiência pública sobre PL 509/2011. Agradeço à Bete e à Teresa pela disponibilidade. Temos um carinho muito grande pelo trabalho que a Companhia de Habitação tem feito, a Secretaria de Habitação tem feito. Pena que a gente não tem possibilidade de falar com o Papa Bento e pedir a beatificação do pessoal em vida, porque é um trabalho hercúleo e nós sabemos das dificuldades. Às vezes a gente fica ansioso, tenso, porque tem contato direto com o sofrimento. Você também tem e sabe como a gente fica tenso quando não tem possibilidade de ver o resultado dessas equações em curto prazo. Obrigado. Tenham um bom dia.

Vamos passar ao PL 470/2011, do Executivo, que institui o Projeto Estratégico de Intervenção Urbana no Parque de Eventos Expo-São Paulo, previsto no ARt. 42 do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Pirituba e Jaraguá.

O Secretário Bucalem já está conosco. O Subprefeito de Pirituba não está presente? (Pausa) Vou pedir ao Subprefeito para nos dar a honra e o prazer de estar aqui, pelo menos uma vez, numa audiência pública de um projeto que envolve 100% de Pirituba. Seria muito importante. Como ele não veio nenhuma vez, não é nenhuma crítica, mas em se tratando de projeto com um impacto tão grande, aliás o maior da América Latina, o Subprefeito, que é a ação descentralizada do local, deveria estar presente para ter condições de, depois, explicar esse projeto lá. Nós não temos condições de explicar à população uma série de situações. Imaginem então quem não está presente, como consegue explicar.

Depois diga ao Subprefeito que nós temos um carinho muito grande por ele, mas seria muito importante a presença dele aqui. Ele se faz muito bem representado, com certeza. Você já esteve aqui outras vezes, Márcio, mas é mais no sentido de uma contribuição quanto ao que diz a região sobre isso, porque o que chega para a gente por enquanto é só boato.

Oficialmente nada. Oficialmente nós temos recebido só da comunidade organizada que tem trazido de lá algumas situações. Então eu vou aproveitar e pedir que você nós encaminhe da Subprefeitura quais são as reivindicações, quais são os posicionamentos que eventualmente surgiram, para que possamos juntar ao processo, para que a Subprefeitura de Pirituba esteja presente nesse projeto que é tão importante. Acho que pode fazer por escrito e encaminhar quais são os anseios e os problemas, porque nós vamos votar isso em segunda – não votamos ainda em primeira – até o final deste mês, lá pelo dia 20, então seria importante a gente ter informações do poder local.

Vou passar a palavra ao Secretário Miguel Luiz Bucalem, que é sempre bem vindo. Permita tratá-lo por “você”, já que é tão jovem.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** – Vereador Paulo Frange, Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador Ítalo Cardoso, Vereador Chico Macena, gostaria de cumprimentá-los. Antes de falar exatamente do projeto de Pirituba, do polo de eventos Expo-São Paulo, quero dar uma ideia do contexto geral em que um projeto desse se insere.

A Cidade, como todos sabem, tem uma vocação muito importante ligada a negócios, à atividade econômica, e isso sempre foi a mola propulsora da cidade de São Paulo. E nós observamos que nesse contexto em que as cidades têm assumido cada vez mais um protagonismo...

Observamos que nesse contexto as cidades têm assumido, cada vez mais, o protagonismo em relação ao desenvolvimento global, as cidades precisam se preparar para manter a sua condição de liderança. Entendemos que essa condição de liderança de São Paulo está associada a poder fazer eventos que complementem a sua atividade econômica pujante, como os eventos de negócios, ligados à economia do conhecimento. Nesse contexto então se insere o projeto, criar condições para que São Paulo possa atender a demanda crescente que têm ocorrido e se intensificará na medida em que São Paulo, cada vez mais, se insere nessa economia do conhecimento e tem toda uma estrutura de negócios, pois a cidade

sempre teve posição pujante nesse aspecto.

Insere-se também na necessidade de a cidade, cada vez mais, levar polos de desenvolvimento econômico para as áreas mais periféricas da cidade. Todos sabem, e teremos a oportunidade de falar sobre Itaquera em que o polo institucional é iniciativa com esse mesmo conceito e se quer criar novos polos de desenvolvimento regional na cidade para assim gerarem empregos nas regiões mais periféricas atuando sobre o desequilíbrio existente, que é conhecido de todos, que gera um movimento pendular. As pessoas moram nas áreas periferias, mas não há emprego na mesma proporção e se encaminham assim para a região central.

Dentro de um conceito global menciono também que o projeto Expo São Paulo envolve muitas secretarias do Município de São Paulo. A Secretaria do Desenvolvimento Urbano está tratando da implantação desse projeto estratégico, proposto em projeto de lei. Mas temos outras secretarias envolvidas fortemente, como a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, que no momento coordena os atores necessários para que o projeto se torne realidade. Temos também a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras; a SPTuris, pela própria característica do polo; e a Secretaria de Transportes. De forma que é uma iniciativa abrangente da Prefeitura de São Paulo.

Faço uma menção agora que está ligada a um pleito que a cidade de São Paulo fez, agora oficialmente com o apoio do Governo Federal e Estadual, para se candidatar a sede da Expo Universal em 2020, que está entre os três grandes eventos globais: Olimpíadas, Copa do Mundo e Expo. Essa candidatura possibilitará que São Paulo crie condições importantes para orientar e acelerar várias iniciativas em seu desenvolvimento urbano e econômico. Dessa forma, entre a candidatura e a realização, são nove anos. Esperamos ter sucesso, pois gera uma dinâmica que foi atestada nas cidades que realizaram a Expo, é muito positivo para o desenvolvimento, de foco e de geração de recursos. Espera-se que numa Expo em São Paulo tenhamos mais de 25 milhões de visitantes. Não é um evento que ocorre de uma forma

concentrada, mas sim durante seis meses. É um evento que tem uma capacidade, uma exposição da cidade para o mundo todo, uma capacidade de geração de efeito positivo bastante importante. Na Expo São Paulo está previsto, além da implantação do polo de feiras e eventos, um local para abrigar os equipamentos necessários para recebermos a Expo.

Feita esta pequena introdução, menciono que o projeto é entendido como a implantação de propositura de intervenção urbana previsto no Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Pirituba Jaraguá, segundo o seu art. 42. Dessa forma, entendemos que precisaríamos no âmbito do projeto explicitar os objetivos gerais da intervenção descritos em seu artigo segundo, e os objetivos específicos que caracterizam o que se quer para a área. É um programa de intervenções, e está explícito em seu artigo terceiro que queremos um polo de feiras e exposições, um centro de convenções, áreas e suportes de exposição descobertas, um centro empresarial e hoteleiro, mas não muito atrelado ao centro de feiras e exposições.

Entendemos também ser necessário que o projeto crie ou detalhe parâmetros urbanísticos que possam então, de certa forma, dar cobertura à implantação desse programa, de um lado, e de outro garanta a qualidade ambiental, a sensata inserção urbana do projeto.

Afirmamos também que têm sido feito estudos sobre essa intervenção, mas da maneira que foi colocado entendemos que os estudos vão se vincular aos parâmetros que deveriam estar definidos em lei, o que seria vínculo para que as intervenções – na medida em que forem detalhadas e propostas concretamente – obedeçam aos parâmetros urbanísticos, que devem garantir a qualidade da área.

Dessa forma, foi encaminhado o projeto de lei, que deve ser capaz de criar condições para a instalação desse centro de eventos e também abrigar as atividades da Expo São Paulo.

Vereador, acho que de uma forma ou de outra, procurei situar o contexto do projeto. Obviamente, é uma parte do polo de eventos como um todo, é a parte que disciplina o entendimento que o polo de eventos corresponda ao plano estratégico já previsto no Plano

Regional, e essa é a concretização com a vocação identificada para essa área.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Secretário Bucalem. Rapidamente, diante do pouco tempo, passo a palavra ao Vereador Juscelino Gadelha.

**O SR. JUSCELINO GADELHA** – Bom dia a todos. Primeiramente, afirmo ao Secretário que hoje realizamos a segunda audiência pública a respeito do projeto de lei do Piritubão. E na primeira audiência pública, Secretário, o plenário ficou cheio de moradores da região de Pirituba, Perus. Hoje, estou vendo poucos moradores da região. Também estiveram presentes na primeira audiência a associação comercial, associação de moradores, lojistas, jornais, etc. E afirmo que as falas da população nenhuma delas foi contrária ao Piritubão. Isso tem que ficar registrado nesta segunda audiência. A única questão, o que incomodava os moradores é sobre as indenizações dos imóveis a serem desapropriados. Essa era a única questão que queriam saber, se atingiria eles diretamente porque leva desenvolvimento para a região Noroeste do Município de São Paulo, local em que há poucas entradas e saídas dos bairros. Com esse projeto que está sendo apresentado, o desenvolvimento com o metrô, trem, ônibus, a mobilidade na região vai melhorar porque hoje há dificuldade. Há apenas duas saídas da região Noroeste para a área central da cidade, e é preciso passar pela Marginal de qualquer jeito. Essa então é a única questão trazida pela população, à questão da indenização.

A segunda questão – e foi colocada por mim – diz respeito à área, que é muito grande, e há uma pequena área contaminada, dentro da grande área que abrigará o Centro de Exposições. E nos foi esclarecido na primeira audiência pública que a terra será removida, inclusive há uma ideia de como pode ser feito rapidamente.

Outra questão, secretário, é uma preocupação não somente minha, mas de outros Vereadores, é que no futuro podemos receber uma ação civil pública porque primeiro aprova o projeto e depois desapropria. Essa é a grande questão a qual debatemos nesta Casa, é a respeito da ação. Essa é uma preocupação porque pode entrar e durar dez, quinze, vinte anos a ação e todos nós que aprovamos poderemos ser acionados. Conversando na Casa

pensamos que isso só poderá ocorrer com relação ao centro de exposição, em mais nenhuma outra situação. Se lá na frente o próximo governo quiser mudar, quer dizer, não vai ser centro de exposição, vai ser outra coisa, não pode! Com isso nós garantimos que o espaço será para um centro de exposição que São Paulo precisa. Somos uma megalópole, temos pequenos centros de convenções como o Anhembi, o Imigrantes e alguns particulares, são pequenos para a cidade de São Paulo. Hoje, as feiras, as atividades, as exposições não muito grandes e só não fazemos mais por falta de espaço.

Então, são pequenos ajustes sobre os quais conversamos na Casa, sobre os quais temos preocupação para que lá na frente não venha uma ação civil pública, não só sobre a Vereança, mas sobre o Executivo.

Era isso que eu tinha a dizer, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Eu que agradeço. Aproveito que há inscritos para falar e também a presença da Subprefeitura de Pirituba, embora haja informação de que não vai haver desapropriação de imóveis particulares, eu sugiro, por cautela, só vale o escrito, o que não está escrito não existe. Márcio, aproveitando a presença de todos da região, quem tiver dúvida quanto ao imóvel se será ou não desapropriado, aproveita a presença da Subprefeitura para que possam encaminhar, e eu ponho na mão do Secretário para que possa responder a vocês sim ou não. Se não, fica “alguém disse que não, alguém disse que sim...” Parece que ouviu dizer, ouviu falar, mas não garante por escrito. É para que possamos transmitir segurança, aonde vai haver desapropriação e aonde não haverá. O Secretário conhece profundamente a questão, a Secretaria do Trabalho está também presente.

Poderíamos concentrar na Sub o pedido de informação. Se vier por e-mail nós encaminhamos, recolhemos o material e o encaminhamento é pela Comissão de Política Urbana, institucionalmente. E não é favor, é obrigação nossa informar com muito critério um assunto que foi exaustivamente debatido na região.

Passo a palavra ao Vereador Chico Macena.

**O SR. CHICO MACENA** – Obrigado, Presidente. Cumprimento o Secretário Miguel Bucalem. Secretário, eu foi o relator na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente desse projeto de lei. Na primeira audiência pública, com a presença da Nilza, tivemos a oportunidade de fazer um primeiro debate.

Apresentei no debate que fiz na Casa, na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, uma avaliação. Não vou discutir, mas quero fazer alguns questionamentos. Primeiro, reafirmo que nesta Casa, pelo que conversamos com os 55 Vereadores ninguém de nenhum partido é contra o Centro de Exposições nesse local, ninguém! Há uma disposição de todos os Vereadores de buscar entendimento para que possamos viabilizar o Centro de Exposições, pois achamos importante para a cidade de São Paulo.

Segundo, afirmei em primeira audiência pública e em meu relatório que não se trata de regulamentação do Plano Diretor atual, pois muda perímetro, mexe com o zoneamento, com o coeficiente mínimo e máximo, com taxa de ocupação, tanto é que é necessário voto qualificado nesta Casa para sua aprovação. É bom que fique claro.

E os questionamentos que fazemos é justamente a respeito das lacunas que existem no projeto, melhor ainda, aquilo que deixa de explicitar que nos dá insegurança para a sua aprovação. Estamos falando de uma área enorme, inicialmente 4,8 milhões de metros quadrados, agora com o aumento do perímetro vai para 5,02 milhões de metros quadrados, se não me engano. Não é uma área pequena. Se olharmos o que consta do Plano Diretor Estratégico, temos algumas áreas de Zepam, inclusive algumas áreas de proteção permanente. Vocês podem perceber – e o Secretário sabe disso – não é pequena essa área, aliás, é a maior área. Mais de 50% são Zepam. Está em cor cinza, no mapa, duas ZEIS. Quero começar por aí. O projeto muda a taxa de ocupação máxima para 0,35; a taxa de permeabilidade para 0,50. O coeficiente de aproveitamento mínimo continua em algumas áreas 0,10, mas o coeficiente de aproveitamento máximo e básico vai para 0,70. Temos uma área em

que o aproveitamento era 1 e diminuiu para 0,70. No entanto, estendeu 0,70 para as demais áreas, inclusive as de ZEPAM, onde o coeficiente era 0,10, aumentando sobremaneira o potencial construtivo, sem outorga onerosa, inclusive. Nós passamos, numa conta simples, de 2,3 milhões de m<sup>2</sup> para 3,5 milhões de m<sup>2</sup> como possibilidade de se construir, sem nenhuma garantia, da forma como está o projeto, de que serão preservadas essas áreas de proteção. Porque se fizermos uma conta simples apenas da taxa de ocupação, mesmo com a trava de 50% da área impermeável, nós avançaríamos em torno de 500 mil a 700 mil na área de proteção ambiental. E nós estamos mudando isso de forma muito grande. Não tem restrição no gabarito. É outra questão do projeto que é colocada.

Então qual é a nossa dificuldade, Secretário?

Quando o projeto não traz um plano de massa, um plano de ocupação do território, nós não sabemos exatamente, ou não temos segurança, o que vai ser construído, onde e qual a garantia daquilo que tem que ser preservado. E, como sabemos, temos relatórios de áreas que são de proteção permanente, ou seja, que não pode ter nenhum tipo de corte. Essa é uma questão.

A segunda questão diz respeito inclusive à desapropriação.

A área foi aumentada; tem um decreto de desapropriação.

E qual é a nossa dúvida? Conforme, inclusive, questionando pelo Vereador Juscelino. Sei que já tem até questionamentos informais no Ministério Público. Recebi ligações perguntando como era o projeto tal.

A mudança do coeficiente, que permita o aumento da construção de mais de um milhão de m<sup>2</sup>, não levará a uma valorização da área, e, portanto, obrigará o Poder Público, se desapropriar, quando desapropriar, despende valores muito acima do que despenderia se houvesse essa desapropriação no zoneamento atual.

A terceira questão diz respeito aos melhoramentos.

O projeto solicita que nós demos uma autorização ao Executivo, para que este

defina os melhoramentos, que é uma atribuição, por lei, do legislativo municipal. E o que será feito das ZEIS? Porque o projeto também não faz nenhuma menção nem tampouco dá qualquer garantia do que será feito com as ZEIS.

O meu parecer, na Comissão de Política Urbana, foi contrário, por essas questões. Foi aprovado o parecer contrário na Comissão de Política Urbana. Estamos fazendo gestões na Casa para construir, como disse, um entendimento, mas precisaríamos ter garantias mínimas – garantias para o Poder Executivo, inclusive –, para que seja algo de governo, independentemente da administração. Então garantir que o projeto que se pensa para a cidade de São Paulo será executado com a maior transparência possível, inclusive sobre os interessados da iniciativa privada em investir na área.

O projeto fala em parceria, mas não sabemos se é PPP, se é concessão. Quer dizer, não traz nenhuma menção ao estatuto jurídica dessa parceria que haverá com a iniciativa privada.

Então ficamos muito incomodados. Ainda mais quando a resposta a todos os questionamentos que fizemos, por escrito ou verbalmente, era de que não havia projeto, de que no futuro isso seria visto, de que no futuro o estudo vai apresentar, etc. e tal. E no mercado ou na rua, ou na imprensa, nós verificamos o tempo todo a Odebrech e a Camargo Correia fazendo propaganda de um possível projeto que será implementado na área – com plano de massa, com maquete, que tem pelo menos um desenho. Não sei se vai ser mesmo ou não, mas é isso que está sendo discutido lá fora, e a gente fala: “Está sendo alguma coisa lá fora e aqui dentro não”. Tive, aliás, a oportunidade de apresentar até um vídeo, de 2010, em que esse projeto estava sendo apresentado, com a presença do Secretário, do Prefeito, do Goldman, e outras pessoas. Isso foi em 2010. E não temos um plano de massa no qual possamos nos basear para tomar uma decisão uma decisão nesta Casa.

Então tenho muitas dúvidas ainda.

**O SR. JUSCELINO GADELHA** – Vereador, gostaria de fazer um acréscimo acerca

do que V.Exa. abordou, porque é algo importante para o Secretário.

Teve uma empresa que foi à Associação Comercial de Pirituba e apresentou um projeto em 3D. Então já há alguns esboços da iniciativa projeto acerca do projeto.

**O SR. CHICO MACENA** – Então são essas as questões que eu gostaria de deixar. E aproveito para reafirmar que nós queremos construir uma alternativa para viabilizar o centro de exposições. É a disposição da Casa. Mas queremos o mínimo de controle social e de transparência a respeito daquilo que será executado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Sr. Secretário, vou passar a palavra a V.Exa. para a resposta.

Falamos de iniciativa privada. A cidade de São Paulo tem 40% da população que tem seguro saúde. Então o SUS da cidade de São Paulo atender 60% da população. Todas as emergências, urgências, confusões de acidente em qualquer lugar, com convênio ou não, primeiro é atendido pelo SUS – nunca ressarcido –, e depois o paciente vai para o Einstein, para os grandes hospitais. Depois que o custo ficou no SUS, o paciente termina o tratamento noutro hospital.

Tivemos um contato com a Federação dos Hospitais, oportunidade em que falamos desse projeto. E eu tenho a segurança na afirmação de que a iniciativa privada, que tem hospitais privados na cidade de São Paulo, tem o maior interesse de ser incluído nesse projeto, para que aquela região seja contemplada com hospital, uma vez que possui mais de um milhão de habitantes, e, no entanto, não tem um hospital. Aqui eu vejo um proprietário de hotel.

Você tem convênio, não tem?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Quando você procura o hospital, a 30km de Pirituba, tem que vir aqui no eixo da Paulista. Na verdade, é um verdadeiro estelionato praticado contra quem compra convênio de saúde – Amil, Greenline. Todo mundo compra plano de saúde lá, e não tem onde ser atendido, porque não tem um pronto-socorro de

qualidade. E todo mundo tem que ir para o Einstein, para o São Camilo ou para o Samaritano, aqui no Pacaembu. É assim que funciona.

Então, do lado de lá do rio, todo mundo paga convênio e não usa. E quando há um acidente, vai para o Mandaqui ou para o Hospital de Pirituba.

Então, Sr. Secretário, eu gostaria de ter oportunidade de conversar esses dias com o senhor, levar a Federação dos Hospitais. Tem muitos interessados em construir. Até porque a região vai receber um número grande de pessoas, e os turistas não virão para cá sem seguro-saúde em hipótese nenhuma – aliás, com certeza, bem vacinados para febre amarela, porque somos considerados terceiro mundo, e de risco. De lá para cá o pessoal se vacina. E daqui, quando vamos para a África, também nós nos vacinamos.

Mas acho que é uma oportunidade muito grande de a região ser contemplada com um hospital privado. E neste momento – aqui já é um pedido em relação ao qual a Comissão de Política Urbana pode ajudar, quanto à redação do projeto final... Na Comissão, temos sete membros que representam os cinco maiores partidos da Casa. Então podemos tentar escrever juntos.

A região de Jaraguá – ou seja, o que fica de Pirituba mais para dentro do Jaraguá – vai ficar esquecida demais. Quem esperou três décadas pelo Viaduto Jaraguá vai descobrir que, logo em seguida, ele se tornará um pequeno viaduto, porque vai ficar estreito, apertado, quase sem condição de atender a demanda da região.

Então o que nós achávamos que era a maior obra da zona Noroeste de São Paulo, vai ficar uma pequena obra, proporcionalmente ao impacto de trânsito, enfim, de tudo que vai ter na região.

Então gostaria de buscar nesse projeto algum tipo de compensação para dentro do Jaraguá, pelo qual eles pudessem ter, no mesmo quesito saúde, o que eles não tem. Não há um único leito para 180 mil habitantes, nenhuma cama hospitalar, nenhum pronto-socorro. Perus não tem cama hospitalar, mas tem um pronto-socorro. E como vai ter uma porta de

entrada no km 24 para poder ter acesso ao polo, a presença de um hospital privado e a presença de um pronto-socorro de porte, talvez mais para o lado do Jaraguá, para contemplar a população da região, seria muito bom. Então que identificasse no projeto uma área para isso, até para que, depois, pudéssemos alocar recursos, projeto, de forma que o Município possa assumir uma unidade pública. E eu me comprometo, junto com a Federação dos Hospitais Privados, a buscar um grupo para construção de um hospital. Porque, hoje, quem tem problema ali sabe que é muito mais fácil ser atendido em Jundiaí do que em São Paulo. É mais rápido ser atendido no Paulo Sacramento, em Jundiaí. É muito mais rápido do que pegar todo o trânsito, porque Pirituba não tem entrada e não tem saída. É muito complicado. Se chegar na Edgar Facó e estiver enfartado, vai morrer na Edgar Facó, porque não chega a tempo. Temos, em média, 30 minutos a 2 horas para atendimento do infarto, e o tempo para sair de Jaraguá e chegar a qualquer um dos hospitais que atendem e tem condições de fazer um cateterismo é muito maior. Portanto, essa é uma situação crítica, uma situação que vivo na região, porque atendo os pacientes cardíacos da região, até porque tem muito pouco cardiologistas lá. Eles acabam vindo para a Pompeia, para a zona Oeste.

Então seria muito interessante estudarmos a possibilidade de um equipamento público e um privado, de porte, para recepcionar todo esse público que vai ter na região. Se puder, com certeza eu vou ser brindado com um presente, ao levar essa proposta para a sociedade, que hoje vê esse espaço como um bom espaço de mercado, vê esse espaço com uma angústia. E é muito preocupando, que vamos aos hospitais da região e pergunta: “De onde você é?” “Pirituba”. “De onde você é?” “Da região Parque São Domingos”. Em toda aquela região, dali para cima, o pessoal tem convênio. Trabalham, têm renda. É um bairro em que a renda cresceu economicamente. Veja, Tatuapé ganhou o São Luís. O São Luís foi para lá e montou um bruta hospital; e mais dois na Marginal, prontos, que a Amil construiu. E nós temos condições, tranquilamente, de levar isso para lá. Então, se tiver a oportunidade, seria muito bom que a gente pudesse ser recebido no Governo. Não sabemos quem quer fazer, mas

a Federação tem interesse em falar nesse assunto e ser contemplado também, na proximidade desse polo de desenvolvimento dessa região.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** – Sem dúvida, Vereador. Aí eu precisaria devolver também ao Secretário Marcos Cintra, que faz a coordenação. Mas estamos abertos a interagir e aperfeiçoar para buscar o melhor projeto.

Queria agradecer a manifestação dos Vereadores Juscelino e Macena.

E acho que a primeira observação a fazer, em caráter geral, é que, com muita satisfação, ele reenfatizou que os moradores veem com bons olhos o projeto. E o Vereador Macena também mencionou que os Vereadores também veem com bons olhos o projeto. E eu acho que o Vereador Macena colocou de uma forma muito precisa e com muita propriedade esse projeto, que, pelas características que tem e pelas importância que tem para a Cidade, tem que ser um projeto independentemente, que seja abraçado de uma forma bastante ampla pela Cidade, e, sem dúvida, por esta casa de representantes. E é dessa forma que a gestão entende: trata-se de um projeto da Cidade, mesmo que esteja ancorada até numa postulação da Exposição Universal, que é uma postulação apoiada pelos Governos Estadual e Federal.

Queria abordar agora os tópicos mais específicos.

O Vereador Juscelino levantou a questão da desapropriação, pela legislação urbanística atual ou pela legislação urbanística futura, afeta à área.

Todo o nosso entendimento, e aí acho que todos os aperfeiçoamentos que a lei pode ter, é de que essa legislação urbanística só passa a ter efeito na medida em que o projeto, efetivamente, comece a ser implementado. Então essa legislação não tem efeito sem que o projeto seja implementado. Portanto, o nosso entendimento, e o dos procuradores, é o de que as desapropriações seriam realizadas pela legislação urbanística atual. Esse é o entendimento.

Até procuramos no parágrafo 1º do art. 5º detalhar um pouco, com a proposta atual: “Enquanto não atingidos pelas obras relativas à implantação das intervenções e

melhoramentos previstos nessa lei, os lotes pertencentes ao perímetro do projeto ficam sujeitos às condições de parcelamento, uso e ocupação do solo das zonas de uso em que se localizam”.

Então esse é o entendimento do Município. Mas, obviamente, estamos abertos para aperfeiçoar, de modo que isso seja traduzido da forma mais precisa possível na lei.

A outra questão foi colocada pelo Vereador Macena. Aliás, gostaria de mencionar o Vereador Macena, quem passei a admirar, pela profundidade com que o senhor consegue analisar os projetos. Em outros projetos e em outras discussões eu pude testemunhar a profundidade com que o Vereador analisa. E como a Casa tem um número tão grandes de projetos importantes para analisar, é um desafio de tempo e de dedicação muito grandes, os quais eu gostaria de reconhecer e expressar a minha admiração.

Agora, em relação ao projeto estratégico previsto no Plano de Pirituba, acho que nós estamos, de uma certa forma, construindo os mecanismos para implantar previsões que estão no Plano Diretor.

É natural que o Plano Diretor tenha previsto um conjunto de áreas de intervenção, um conjunto de áreas de intervenção urbana, bem como um conjunto de projetos estratégicos. Na medida em que esses projetos saem das diretrizes e começam a tomar uma forma mais concreta, são necessários ajustes do ponto de vista da legislação urbanística. E é isso que se pretende com o encaminhamento dessa lei. Mas, de qualquer forma, o fato gerador é o projeto urbanístico de Pirituba, que está sendo adequado para fazer frente aos desafios que a implantação desse polo coloca.

Quanto às desapropriações que estão de acordo com as áreas de intervenção, devo dizer que a área foi, na verdade, atualizada – é a área que está anexa ao projeto de lei. E nessa área, segundo a nossa avaliação, não há nenhuma unidade habitacional que tenha gente morando que seja afetada por essa área.

Esse foi o objetivo. E esse perímetro está procurando refletir isso. Obviamente, se o

perímetro anterior era diferente, na medida em que houver a aprovação dessa lei, os ajustes deverão ser feitos.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Secretário, nem mesmo aquelas que aparecem aqui para, de repente, promover alça de acesso para rodovia? Porque esse é o fantasma. Já saiu?

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** – Na verdade, a ideia de ter passado para o outro lado da ferrovia, ligando até a Bandeirantes, área que pega uma ZEPAM, é uma área que seria adequada para fazer a alça de acesso. Então todo o objeto de fazer essa adequação foi diminuir ou eliminar o impacto sobre as pessoas que hoje moram na área. O objetivo é que eles não sejam afetados pelo projeto. Então esse perímetro contempla isso hoje. Mas, obviamente, ninguém é perfeito. Pode ter havido algum engano, mas esse foi o objetivo. E nós fizemos com bastante cuidado, de modo que acreditamos que o perímetro não afeta ninguém que mora na região.

**O SR. ELISEU GABRIEL** - O caso era do Sítio Pinheirinho que foi mudado justamente para evitar isso.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** - Em relação à questão que o Vereador Macena coloca sobre os coeficientes de aproveitamento, ele fez uma proposição apresentando alguns números que pudemos aprofundar exatamente com as áreas de cada zona de uso.

Para cada zona de uso computamos a área total, o coeficiente hoje na área e o que poderia ser construído. Fizemos isso para todas as áreas, deu uma área de construção total de 3.820 milhões, que corresponderia hoje a um coeficiente de aproveitamento da área de 0,76.

A nossa proposta de 0,70, na verdade tem um coeficiente menor do que hoje é possível construir, na medida em que se considere a legislação urbanística incidente em todas as áreas de uso.

Pedirei para a Nilza encaminhar os cálculos, de forma que todos possam examinar se cometemos algum engano. Mas esse é o nosso parâmetro hoje, ou seja, 0,76.

Da mesma forma, a taxa de ocupação que é permitida por cada zona de uso, fazendo as mesmas contas, chegamos hoje a uma taxa de 0,32, comparável com a 0,35 que está sendo proposta. Mas também não entendo que a 0,35 seja um limite de corte que não possa ser ajustado. Mas digo que a compatibilidade, do ponto de vista que se pode construir e do que se pode ocupar, na média, pelo zoneamento existente e pelo que está sendo proposto dessa forma. Encaminharei depois esses números para que todos possam avaliar com maior profundidade e ver se a aderência entre o que estamos colocando e o que efetivamente existe nesse zoneamento.

Em relação à questão do gabarito, hoje há zonas de centralidade previstas na área, que também não tem limite de gabarito. Do ponto de vista do projeto, ninguém pretende, certamente não vamos colocar um projeto que procure ter edifícios extremamente altos, esse não é o objetivo. Mas é a mesma não limitação do gabarito que existe hoje em zonas de uso que estão dentro do perímetro da área.

Em relação a uma questão que foi colocada, tivemos também o mesmo dilema. Efetivamente faz algum tempo há uma autorização dentro da legislação que nos permite publicar de forma transparente o desejo de que o Município possa autorizar estudos, pela iniciativa privada dessa área. Isso foi feito em 2009, autorizamos a Odebrecht a fazer esses estudos.

Obviamente se esses estudos um dia fizerem parte da PPP, a legislação exige que eles sejam remunerados, mas se não fizerem é um risco que o particular assume na medida em que faz os estudos pela própria legislação.

**O SR. ELISEU GABRIEL** - Quem ganhar vai pagar o estudo, é isso?

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** - Se for traduzido em projeto.

**O SR. ELISEU GABRIEL** - Independentemente de quem ganhe.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** - Independentemente de quem ganhar teria de ressarcir os estudos, segundo a legislação. Como foi citado, creio que foi oportuno, em 2009

quando fizemos uma primeira divulgação, foi informado o primeiro estudo, naquele momento, que era o estágio de desenvolvimento do projeto. Esse processo continuou sendo desenvolvido.

Se compararmos aquele estudo com estudos mais recentes, que não estão concluídos, ainda são estudos, já é completamente diferente a ocupação da área.

A questão que se coloca é a seguinte: na hora que fizemos o detalhamento desse projeto estratégico para dar as diretrizes urbanísticas, na medida em que se coloque um estudo ainda não definitivo para embasar a legislação, imagino que há dois riscos: esse estudo será alterado na sua própria evolução, não será o estudo final, aquele que embasou a legislação será diferente do final.

Mesmo no processo de licenciamento, como há muitas áreas de preservação, de ZEPAM, córregos, ou seja, é uma questão ambiental complexa, é possível que no processo de licenciamento esse projeto tenha de ser modificado.

A abordagem que demos foi a de colocar qual seria o programa, ou seja, quais equipamentos gostaríamos de colocar naquela área. Portanto, dentro dos estudos em metros quadrados do que se pretende colocar naquela área, num número aproximado, embasar os parâmetros urbanísticos e ver se são compatíveis com a qualidade ambiental e urbana da área.

O projeto que vier depois terá de se reportar a essa aprovação que de certa forma deve assegurar a qualidade urbana e ambiental da área.

Mesmo porque temos hoje estudos. O de 2010 é diferente do último estudo, que possivelmente será diferente daquele existente no momento em que a Prefeitura disser que o aceita. Na hora que ocorrer a licitação da concessão, é esse que vai embasar a parceria.

Procuramos fazer o programa, entendemos pelos parâmetros que observamos, porque uma parte é o polo de eventos e na outra serão necessários, possivelmente para a expo, novos equipamentos. Procuramos fazer uma estimativa do que era necessário para o polo de eventos, uma para a expo e isso deu o coeficiente global de aproveitamento que é o

que está sendo proposto no projeto.

**O SR. JUSCELINO GADELHA** - Secretário, então foi aquela questão que aumentou de 2 milhões para 3,5 milhões, ajustando para 2020, é isso?

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** - Não, não é que aumentou. A nossa proposta já estabelece um coeficiente de 0,70 que corresponde a mais ou menos 3 milhões de metros quadrados. Entendemos que o zoneamento hoje permite 3,8 milhões.

**O SR. JUSCELINO GADELHA** - Está abaixo, inclusive.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** - Está um pouco abaixo, entendemos que há compatibilidade. Isso dá flexibilidade para que toda essa tramitação do projeto seja compatível com algo que vincule o projeto. Propomos que cheguemos à conclusão de algo que permita implementar um programa desse tipo, mas que vincule o projeto, que o anteceda, de forma que o projeto deva se adaptar a ele. Mesmo porque ele deva sofrer muitos aperfeiçoamentos até que se chegue ao projeto final.

Foi nesse sentido que interpretamos a abordagem dada, mas lógico que é um projeto em discussão e nós estamos abertos para tentar esclarecer a nossa proposta da melhor forma possível e colaborar com os aperfeiçoamentos que forem desejados.

Sobre às ZEIS, a ZEIS II não tem ocupação hoje, mas também é algo que pode estar em discussão. Foi vista uma área desocupada como um todo e que poderia dar vasão à implantação desse projeto, mas isso fica a discutir.

Em relação aos melhoramentos viários foi efetivamente uma permissão que pleiteamos, por lei. Estamos pleiteando essa flexibilidade para fazer os ajustes dos melhoramentos viários.

**O SR. ELISEU GABRIEL** – Agradeço ao Secretário, é muito importante ter vindo dar esses esclarecimentos. Esse é mesmo um projeto para a Cidade, porque traz intervenções urbanas previstas no Plano Diretor Estratégico das subprefeituras. Aliás, todas as subprefeituras têm áreas reservadas para intervenções. Nessa de Pirituba está se propondo

esse mega projeto muito importante para toda a região.

Creio que há várias questões relevantes, como o senhor falou, que justamente o que hoje poderia ser feito na área, não será maior do que está sendo proposto que seja feito. Lá existe uma ZER enorme, que tem o coeficiente de aproveitamento 1, que vai cair para 0,70, porque tem a ocupação máxima de 0,5, vai cair para 0,35. A Zona Mista que é 2, passa 0,70. A ZEPAM sim que é menos passa a ser mais ocupada. De maneira que a soma total do que seria ocupado praticamente permanece a mesma, até diminui um pouco.

Há uma questão que chama a atenção, gostaria até de ver com o Vereador Macena, quanto aos usos. Quer dizer: “Isso aqui vai ser usado para qualquer outra coisa.” Não vai, porque é específico desse projeto estratégico de intervenção urbana do Parque de Exposições Expo São Paulo.

Então, imagino que isso é um conjunto que será usado para isso, quer dizer, essa lei é específica para esse projeto. Se o projeto não for feito, não vale nada, creio que nada será feito. Esse vínculo é extremamente importante.

Os parâmetros de incomodidade não têm grandes alterações, praticamente não existe nenhuma agressão ambiental. Há itens que têm de se estudados, como um pequeno trecho de mata nativa.

Sobre a drenagem, pretende-se fazer um parque linear de mais de 1 milhão de metros quadrados. Há uma série de intervenções importantes inclusive para a região. Nas questões de enchentes e cheias em alguns pontos funcionaria até como um piscinão, um super piscinão segurando parte das cheias que acontecem na região de Pirituba.

O projeto em si não está totalmente definido, não o projeto de lei, mas o plano, aquilo que se pretende fazer lá. Fala-se em um parque de exposições de 140 mil metros quadrados – não sei se é isso – que depois poderia crescer um pouco mais, na eventualidade de vir a Expo 20. Então, a área ocupada não será imediatamente toda ocupada, mas uma parte. Por exemplo, há o Clube Jaraguá Campestre, não vejo razão para desapropriá-lo se não

será usada a sua área. Ele pode estar dentro da área de DUP, mas não precisa desapropriá-lo num primeiro momento se não for usado. Se o Clube for usado na Expo 20, poderia ser feita uma parceria, mas não simplesmente acabar com o clube. Creio que são questões como essa que precisam ser feitas.

Foi muito importante a mobilização dos moradores do bairro Sítio Pinheirinho, que pude acompanhar e participar. Graças aquilo que foi despertada a sensibilidade para não se destruir aquele bairro inteiro, mudando a alça de acesso. Foi algo possível de ser feito.

Estou falando sobre o que é possível fazer, sobre as possibilidades e o que ainda dá para ser feito. Vejo esse polo de eventos como um grande indutor de desenvolvimento para a região toda.

Vamos pensar no estádio do Corinthians que tem lá o centro tecnológico e uma série de itens sendo feitos lá como berçários de empresas etc. Muito mais do que lá – embora seja corinthiano e adore Itaquera – o Polo de Eventos de Pirituba pode ser um instrumento desse tipo de alternativa. Creio que a Prefeitura poderia trabalhar num programa de desenvolvimento da zona Noroeste, como está sendo feito na zona Leste, colocando isenções.

Na zona Noroeste, no entorno desses 5 milhões de metros quadrados, existem regiões muito pobres, que precisam de desenvolvimento, há pessoas que precisam de emprego como na região do Cantagalo, em todo o Jaraguá, parte de Taipas, chega nas divisas com a Voith, Brasilândia, Cachoeirinha, tem toda uma região enorme e muito próxima que pode ser induzida a se desenvolver muito se for pensado nisso.

Não como sendo algo feito com uma muralha em volta, com hotéis chiques – sei que os hotéis não serão chiques, porque eles serão previstos basicamente para quem for trabalhar lá. Creio que poderiam aproveitar essa oportunidade, creio que temos aqui Vereadores e a Câmara Municipal poderia ajudar no que for possível e realizar um grande programa de desenvolvimento da zona Noroeste, nos moldes que foi feito o da zona Leste e com muito mais possibilidade, porque o centro de convenções não é para a Copa do Mundo,

um evento isolado, nem para os jogos do Corinthians, que ocorrem de vez em quando. Lá terá permanente ocupação, todos os dias terá trabalho de montagem e desmontagem para fazer feiras e encontros. Essa é uma grande oportunidade para toda a região.

Eu gostaria que pensássemos nisso, que não se fizessem muralhas, mas que fosse um processo indutor para a região toda e para a cidade de São Paulo também.

Muito obrigado.

**O SR. CHICO MACENA** – Secretário, a conta que fiz foi no *Google*, como eu não tinha a dimensão da área, fui calculando mais ou menos e deu uma diferença. Mas é uma questão de ajustar e saber o cálculo exato de cada área.

A outra questão, Secretário, creio que temos oportunidade de buscar nesse programa um projeto sustentável para a cidade de São Paulo, dentro de tudo o que vimos discutindo como a Lei de Mudanças Climáticas, etc. Há discussões na Casa e temos algumas garantias na área de proteção.

Por exemplo, na área de ZEPAM se a utilização for só para acesso e melhoramentos, se houver qualquer estudo determinando a ocupação, o território a ser ocupado, podemos por uma trava para impedir futuros avanços que não sejam esses. É um projeto que demorará algum tempo para ser executado, precisamos ter um maior número de garantias, mesmo que permitamos um adensamento maior nas demais áreas, em cima da capacidade construtiva. Mas podemos colocar algum tipo de trava.

Temos uma taxa de permeabilidade maior, aí há metros construtivos, reposição de vegetação que permitiria também instrumentos como esse. Uma questão premente e que gostaríamos de colocar no projeto, seria a garantia das ZEIS. Foi um debate que tivemos a oportunidade de fazer na audiência pública anterior sobre a escassez de área para habitação de interesse social.

Temos uma área ali que na minha conta era 140, parece que é 199, maior ainda daquilo que eu tinha estimado. É necessário ter algumas garantias para termos um projeto

social e ambientalmente exemplo da cidade de São Paulo para o resto do país e do mundo.

Somos a favor do projeto, mas queremos alguns ajustes e garantias para que venha ser abraçado por todos, inclusive pelos moradores do entorno.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Tem a palavra o Sr. Cipriano.

**O SR. CIPRIANO** – Sr. Presidente Paulo Frange, obrigado, Vereadores Eliseu Gabriel, Chico Macena, Juscelino Gadelha; Sr. Secretário Miguel Bucalem, é um prazer estar conosco. Na audiência anterior tivemos a Nilza que demonstrou grande conhecimento. Só vale o escrito, não é, Vereador Paulo Frange? Só vale o que está no papel?

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – É.

**O SR. CIPRIANO** - Por que não tira a DUP do Pinheirinho? Por que não tira o Decreto de Utilidade Pública do Pinheirinho? Só vale o que está no papel. Lá não se pode colocar um tijolo, não se pode arrumar uma rua. Está lá no papel.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Nós comentamos isso com o Secretário. Está congelado. Ele sabe dessa segurança, mas precisaria ter isso escrito.

**O SR. CIPRIANO** - Então vamos tirar. Vamos ter por escrito. Só vale o que está escrito, então isso é importante.

**O SR.** - Tinha sido combinado que ia ser feito.

**O SR. CIPRIANO** - Mas até agora não derrubaram ainda, então vamos trabalhar isso. A questão do Subprefeito que o senhor colocou, ele tem participado conosco de diversos detalhes, inclusive esteve conosco ontem lá, tanto o Ricardo como o Márcio Campos Verde. Nós vamos ter a primeira árvore de Pirituba. Nós estamos lutando para ter o primeiro ponto fora do círculo. Do lado de lá do rio nós vamos ter o primeiro ponto iluminado, numa parceria. Ótimo. E nós temos discutido isso nos pontos de interesse. Lá na Mutinga, lá no 951, na Casa de Nassau, no próprio empreendimento a gente já esteve junto com o Secretário Camargo. A gente tem discutido isso e ambiente. Até pensei que talvez ele estivesse aqui hoje, porque esteve em campo conosco lá. Mas é interessante que ele esteja debatendo conosco, é

importante isso.

As ZEIS. Consta uma ZEIS no meio aí, Vereador Chico, aquela do ponto lá em cima, não é?

**O SR. CHICO MACENA** – Área quadriculada lá em cima.

**O SR. CIPRIANO** - Isso, lá em cima é ZEIS. Eu estava até olhando para ver se tinha mesmo, quando vi a área quadriculada lá. O que me preocupa, Vereador, é o seguinte: nós temos várias ZEIS na nossa região e não temos infraestrutura nessas ZEIS. Eu até coloquei aqui assim: A cidade de São Paulo cresceu sem planejamento. Parece que a administração pública, em alguns dos seus setores, quer continuar esse mesmo projeto. Depois vai punir com multas, processos e o diabo a quatro, e vai punir aqueles que fazem o crescimento.

A Cidade só cresceu para fora porque houve essas pessoas, esses aventureiros, esses corajosos que vieram desenvolver a Cidade. Aí a Casa de leis vem e faz leis para punir aqueles que fizeram com que o desenvolvimento crescesse, com que a Cidade crescesse; não invadindo áreas de preservação, APPs, APAs, Zonas de Preservação Ambiental, não; mas aqueles que realmente fizeram com que a cidade crescesse, que geram empregos, que geram desenvolvimento.

O Paulinho foi bem feliz, na vez passada, de dizer que até então a gente combatia muito isso, mas parece que esta Casa está começando a prever aquilo que não acontecia. A Cidade cresceu sem planejamento nenhum. De repente nós, nesta Casa – e eu faço parte porque votei em vocês -, estamos planejando a Cidade para 10, 20, 30 anos no futuro. Esse centro de convenções é exatamente isso. Nós queremos planejar esta Cidade para o maior centro de convenções da América Latina, talvez do mundo, mas queremos que haja uma contrapartida disso.

O que nós recebemos com isso? Nós colocamos o empreendimento, não temos infraestrutura, não vamos preservar as zonas APPs. Temos um bairro do lado, a Vila Mirante,

completamente abandonado. No Jaraguá se fez um novo viaduto interessante; depois de 40 anos de batalha se fez um viaduto. Bacana. Não se previu que esse viaduto poderia ter uma avenida por baixo.

**O SR.** - Isolaram o Jardim Bandeirantes lá.

**O SR. CIPRIANO** - Nós já somos isolados. Nós já temos de um lado a Anhanguera, Bandeirantes, Rodoanel atrás de nós, o rio na nossa frente, a estrada de ferro, e não temos saída. A única saída que existe é a Edgar Facó. Tem planejamento agora para um novo hospital de Pirituba, até a gente debateu isso. Vai se fazer um novo prédio, mas depois tem que derrubar aquele que está lá.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Esse pode esperar bastante. Pelo que nós vimos aqui da PPP e tudo, pode (ininteligível).

**O SR. CIPRIANO** - Mas é isso que nós queremos, Vereador. A Associação Comercial de São Paulo...

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vai ser para depois de 2012. Agora...

**O SR. CIPRIANO** - A Associação Comercial de São Paulo debateu todo esse projeto na nossa sala, no nosso teatro. Nós estivemos lá, levamos as comunidades para discutir, levamos o interesse público, levamos a administração pública para discutir esse projeto. Nós queremos fazer parte desse projeto. Ele vai desenvolver a nossa região, não tenham dúvida disso. Só que nós queremos fazer parte dele. Nós queremos saber por que não tem ligação, por exemplo, da (ininteligível) Pinel, da Raimundo Pereira de Magalhães com o empreendimento. Ele está dentro da nossa área e nós não podemos aproveitá-lo. Segundo o que foi apresentado ele só teria ligação pelo metrô, que vai ter uma linha estendida do Morro Grande que irá até a Bandeirantes. Aí privilegia a Vila Mirante, porque vamos estar ali bem no meio. Mas e a infraestrutura? Um ramal talvez da estrada de ferro e uma ligação da Rodovia dos Bandeirantes. E quem está na Vila Mirante, quem está no Jaraguá, como é que vai fazer?

Então nós queremos que seja criada uma comissão, que nós da comunidade

elejamos algumas pessoas que estejam nessa comissão, para a gente poder trabalhar em parceria. É interesse nosso ter o melhor sistema viário, ter o melhor hospital, um sistema de saúde eficiente, melhor moradia para esse pessoal, para as ZEIS, para os próprios moradores de lá, porque nós merecemos isso. Então há interesse nosso em que seja criada uma comissão e que nós, da Associação Comercial, juntamente com a comunidade, algumas pessoas, lógico, façam parte dessa comissão para que a gente possa debater isso. É uma proposta da Associação Comercial de São Paulo.

Obrigado, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Cipriano.

Mônica Carbolanti, também da Associação Comercial de São Paulo e Conselheira Municipal da Política Urbana.

**A SRA MÔNICA CARBOLANTI** – Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Vereadores, senhores presentes.

Minha fala é em continuação à do Cipriano. Também faço parte da Associação Comercial, mais especificamente do Comitê de Política Urbana, que discute urbanismo e a construção da Cidade como um todo, da Associação Comercial. Também estou eleita Conselheira Municipal de Política Urbana pela comunidade.

Há quatro meses nós procuramos desenvolver um trabalho levantando, com as lideranças locais – quando falo lideranças, não são meros civis contados como uma pessoa, mas as lideranças capazes de multiplicar -, informações de uma grande coletividade. Há quatro meses nós fizemos vários debates que culminaram nesse documento que pretendo apresentar para aos senhores, mais especificamente ao Sr. Bucalem.

Não pudemos apresentar esse documento na primeira audiência porque ainda não estava pronto. Estava marcada para 29 de novembro. Então quero aproveitar esta audiência para apresentar este documento. Após quatro meses de trabalhos nós chegamos a alguns itens. Foram convocadas para esse fórum várias áreas – saúde, habitação, segurança, cultura,

meio ambiente e outras -, para chegar a este documento.

Eu gostaria de falar pelo menos um item de cada área. Por exemplo: ao implantar um centro de eventos como esse, dessa magnitude, a nossa preocupação em termos de impactos negativos é total. A gente espera que o que seja feito em torno seja de uma maneira que a gente possa realmente aproveitar.

Em relação à habitação, por exemplo, o Vereador Gadelha colocou que a maior preocupação seria apenas a desapropriação. Realmente existe essa preocupação e afeta uma pequena porcentagem das pessoas que serão impactadas ali. Não existe somente essa preocupação - gostaria de corrigir -, existe a preocupação de toda a comunidade sobre vários aspectos, então não é somente esse.

Por exemplo: se vem o mundo para Pirituba, dali as pessoas, após os seus eventos de negócios, vão para onde? Eles vão pegar a Bandeirantes, a Anhanguera, vão se perder na Cidade, ou eles vão utilizar as coisas que a gente possa oferecer em Pirituba em termos de turismo? Depois de seus negócios, as pessoas querem fazer turismo, conhecer o país. Então a gente gostaria de oferecer coisas ali em Pirituba, que as pessoas de outros países tenham vontade de ir.

Em relação ao primeiro item que consta deste documento, que é a parte de patrimônio histórico e cultural, que é extremamente carente em Pirituba, então nós necessitamos ali de casas de cultura, tanto em Pirituba quanto em Jaraguá, assim como preservação de alguns patrimônios históricos que justifiquem a visita da população internacional, algumas coisas interessantes que possam ser preservadas ali. Relacionamos alguns inicialmente e pretendemos, ao longo da construção desse centro de ventos, apontar outros patrimônios históricos que possam ser preservados.

Em relação a meio ambiente o principal que a gente espera na nossa lista de coisas é a preservação de córregos e a construção de parques lineares e caminhos verdes para que, além da preservação em si, seja possível desenvolver o turismo ambiental. A gente sabe que

todos os impactos específicos do terreno vão ser feitos para o próprio funcionamento do terreno, para o próprio funcionamento do empreendimento, em termos ambientais vai estar dentro da lei e tudo mais. A nossa preocupação sempre é o que está fora, por isso que nós conseguimos fazer esse documento independentemente de termos acesso ao projeto até o presente momento.

Tem algumas coisas que a gente solicita sobre o terreno em si, que já foi falado, mas o principal é a limpeza de córregos, e o principal é a gente se transformar em modelo. O Brasil é muito mal visto em relação a todas as questões de sustentabilidade, então a gente gostaria de transformar Pirituba em modelo para São Paulo, de repente até para o Brasil, a ser apresentado para a comunidade internacional. Nós somos capazes, então gostaríamos de conquistar alguns itens pelo menos em relação a meio ambiente, para nos transformamos nesse modelo.

Em relação ao sistema viário, novamente, o que se refere ao bom funcionamento do empreendimento com certeza será feito. Uma preocupação nossa é que está sendo colocado desde o início que o empreendimento não teria acesso por vias ao bairro. A gente está vendo isso como uma questão negativa porque, como eu disse, o pessoal pega a Bandeirantes e vai embora, se perde na Cidade. A gente gostaria que tivesse algum acesso com um pátio de estacionamentos que ligasse o empreendimento diretamente ao nosso bairro. Especificamente a gente coloca aqui a Avenida Felipe Pinel, esse traçado dela, mas também transformando essa avenida que pega de Pirituba a Jaraguá e solta também para o restante da Cidade, que ela fosse não só alargada, mas transformada em uma autoestrada, uma autovia, com aumento de fluxo, do número de carros.

Em relação a transportes nós necessitamos de uma reurbanização das estações com esses bolsões de estacionamento, que é o principal para a gente em termos de sistema de transportes.

Em relação a trabalho e emprego nós necessitamos de algumas unidades que

capacitem as pessoas do entorno para atender não só em termos de emprego, mas também em relação a empreendedores que possam ir além de hotéis e lavanderias. Já estamos trabalhando para, a partir do próximo ano, a Associação Comercial desenvolver palestras e seminários já instrumentalizando as pessoas para se transformarem em empreendedoras que possam explorar a gama de negócios possíveis a partir desse centro de convenções.

Em relação à saúde, o hospital com certeza. Em relação à segurança, a manutenção e a melhoria do atendimento das delegacias locais. Em relação à habitação, construir moradias populares para manter minimamente as comunidades já moradoras do local.

Isso é um resumo. O nosso documento é relativamente abrangente. Pretendemos trabalhar no sentido de enxugar e objetivar um pouco mais o que nós solicitamos. Para isso gostaríamos de compor uma comissão de acompanhamento do desenvolvimento desse projeto, para debater detalhadamente cada item solicitado aqui.

---

Para encerrar, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Bucalem, como Conselheira Municipal. No mapa 5 tem um tracejado em vermelho. Está prevista no Plano Diretor a Operação Urbana Diagonal Norte, onde está inserida essa área. A Operação Urbana Diagonal Norte é bem maior. No mapa 5 é possível apresentar? A pergunta para o Sr. Bucalem é a seguinte: por que não se desenvolve esse projeto... Não é esse, não. Mais um, por favor. A pergunta é: por que não está sendo desenvolvida a Operação Urbana Diagonal Norte, onde estariam previstas todas as questões urbanísticas envolvidas? A maioria das solicitações que colocamos aqui poderia ser respondida por essa Operação, pelo desenvolvimento do projeto da Operação Urbana, assim como a questão... Olha lá, é no tracejado vermelho. É esse mapa. Nem mostra toda a Diagonal Norte, só um trecho. O terreno está dentro de uma operação urbana. Desenvolvendo o projeto da operação urbana poderiam ser respondidas várias questões que a gente coloca aqui em termos urbanísticos. Então por que não está sendo primeiramente desenvolvido esse projeto? Inclusive responderia às questões de ZEIS que vocês colocaram, a questão de mudança de zoneamento. Vou entregar este documento ao Sr.

Bucalem e espero resposta à pergunta.

Bom dia aos senhores. Muito obrigada.

**O SR. JUSCELINO GADELHA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Mônica. Na fala da Mônica, Secretário, esse desafio é muito grande. Nós participamos de congressos internacionais de cardiologia, megacongressos. Quando acontece em Atlanta, que é uma cidade absolutamente chata, nós ficamos ali dentro daquele congresso de segunda a quinta. Quinta-feira, Mônica, ninguém fica em Atlanta. Nós pegamos um avião rapidamente para Miami, ficamos três dias num belíssimo lugar, e de volta para o Brasil. Pirituba pode correr o mesmo risco: dali para o aeroporto, pertinho, aí vai para o Rio; ou alguém vai pegar um avião pequeno e descer no Guarujá, três dias e... Não fica aqui. Então, Secretário, é um desafio realmente muito grande. A Secretaria do Trabalho vai ter, com certeza, um desafio enorme de buscar fixar esse turista aqui. É um desafio muito grande mesmo. Todas as cidades do mundo enfrentam isso, Frankfurt, todas essas mega... Com exceção de cidades como Milão, que tem outros atrativos. Mas algumas outras têm.

**O SR. JUSCELINO GADELHA** – Pela ordem, Presidente. Primeiro eu queria falar para a Mônica que esse documento está muito bem elaborado, está justo e tem que ser realmente acompanhado e discutido. Eu coloquei aquilo porque, como você disse, não apresentou nada na primeira audiência pública. A única questão apresentada em todo momento aqui foi a da desapropriação. Hoje você acrescenta dados importantíssimos para agregar na discussão do processo. Então a partir de hoje não vou falar mais que é só questão de desapropriação, e sim também... então vou ser corrigido da melhor maneira possível.

**A SRA. MÔNICA CARBOLANTI** – Só um detalhe que eu esqueci de falar: esse nosso documento já está sendo distribuído para toda comunidade local por meio dessas lideranças e estão sendo colhidas assinaturas. Ele está saindo em forma de abaixo-assinado e já estão sendo colhidas assinaturas por essas lideranças em toda comunidade.

**O SR. JUSCELINO GADELHA** – Uma orientação: não só entregar ao Secretário, mas protocolar na Comissão de Política Urbana, porque a gente fixa no processo que está aqui dentro, entendeu? Não só entregar, mas também protocolar na Comissão de Política Urbana.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Senhores dois minutos de paciência, só para cumprir o Regimento. Vamos suspender a presente sessão de audiência pública, para que possamos dar prosseguimento aos nossos trabalhos de hoje.

Na qualidade de presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 28ª reunião ordinária de 2011. Com as presenças dos Srs. Vereadores Membros: Chico Macena, Quito Formiga, Toninho Paiva, Juscelino Gadelha e Italo Cardoso.

Informo que esta reunião está sendo transmitida, ao vivo, pela internet, através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) no link Auditórios On Line. Vamos suspender a reunião ordinária para dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Reaberta a audiência pública ao PL 470/11. Tem a palavra o Sr. Paulinho.

**O SR. PAULINHO** – Primeiro, quero dizer que fiquei bastante chateado na última audiência, que o representante do Governo veio aqui, aquela senhora, não lembro o nome, não trouxe nada. Mas no dia seguinte quando eu vejo o Jornal “O Estado de São Paulo”, o Prefeito foi até Paris e lá, me parece, que mostrou algum conteúdo do projeto. Nós que moramos nesta cidade, cidadão dessa cidade, constrói essa cidade, não tem o direito, não tem como saber e ter o projeto, Achei uma falta de respeito, - Sr. Líder do Governo leve por favor essa indignação

— que os cidadãos de Pirituba, Jaraguá e Perus de São Paulo não teve acesso ao projeto, que no dia seguinte o Jornal o Estado de São Paulo, mostrou maquete, isso, aquilo, lá em Paris. Outro dia elogiei os Srs.Vereadores, mas quero que registre essa indignação de que não temos até agora, a mulher veio aqui e disse que lá tem 1000m<sup>2</sup> de poluição. Mentira. A Sofugi ficou vinte anos jogando areia de fundição na área. Quero acompanhar isso. Vou contratar, vou procurar uma maneira de encontrar uma consultoria que vai lá fazer investigação paralela. Não acredito, como eu coloquei aqui, investigação mais feita pela Cetesb, fiscalização mais feita por esses órgãos públicos, públicos, porque todo mundo dá um jeito de se encobrir a bem do público, a bem do empreendimento que é muito grande, sai tudo. Ai vai sair as licenças, as coisas, por conta do empreendimento. Não sou contra o empreendimento, mas acredito que tem de ter algumas medidas. Nós da região vemos o progresso passar. A Rodovia dos Bandeirantes, por exemplo, ela trouxe favelamento, trouxe tudo, mas nunca, nenhuma empresa, se fixou na região, porque ela só passa. O progresso passa pela região de Pirituba, do Jaraguá e Perus, mas não fica. Nada fica ali. É tudo de passagem. Essa Rodovia dividiu Pirituba mais ainda, isolando as comunidades de um lado para outro. Aquilo ali da maneira como está colocado, parece um estupro. Muro de Berlim. Olha da maneira como fica aquilo ali não dá. A coisa tem de ser integrada. Temos de estar dentro. Temos de acompanhar. Os colegas aqui que estão preocupados com DUP do Peri tem razão de ficar preocupados. Uma coisa tem de ser discutida, não sei se é na Lei Orgânica, mas os DUPs dessa cidade não podem ser renovados ano a ano. Citei aqui um DUP que tem lá em Perus, desde 1990, da fábrica de cimento. Caiu agora. Mas há três anos atrás esse DUP caiu, 15 dias depois ele foi revisto e agora me parece que saiu o DUP. Felizmente porque não pode de cinco em cinco anos ser renovado. Isso vai contra a propriedade que uma garantia da Constituição. Hoje o cidadão tem lá um imóvel, não pode colocar um azulejo, não pode trocar nada porque não tem segurança jurídica para fazê-lo. Foi colocado essa questão de fazer, ali, a ilha da fantasia e o resto que se dane quem está perto. Não pode. Essa coisa tem de se integrar, tem de conversar

com a região, tem de conversar com as coisas que estão ali próximo ao bairro de Perus, Jaraguá, Pirituba. Não pode vir uma coisa que só passa por nós. Só vemos de longe, e fica parecendo a ilha da fantasia. Quando um empreendimento como esse sai várias coisas tem de acompanhar. Já saiu um ofício para a polícia militar aumentar o efetivo, fazer concurso? Já saiu ofício, etc... Todas essas coisas têm de ser previstas. Por isso que vivemos essa situação de desleixo nessa cidade. Mas quero registrar minha indignação pelo Prefeito ter apresentado um projeto em Paris e no mesmo dia, aqui, naquela quarta feira a pessoa que representante da Secretaria não apresentou nada. Mal soube passar as linhas mestras do projeto. Essa é uma indignação porque o pessoal de Paris têm mais condições de ver o projeto, de conhecer mais o projeto do que nós aqui da região de da Cidade de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Tem a palavra o nobre Vereador Roberto Tripoli.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI** – Sr. Presidente, eu não faço parte dessa comissão, mas hoje tivemos uma triste informação do qual peço a V.Exa. que façamos um minuto de silêncio em relação ao falecimento da mãe do nobre Vereador Carlos Neder.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Peço a todos, que de pé, façamos um minuto de silêncio.

- Minuto de silêncio.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Passo a palavra ao Secretário Miguel Luiz Bucalém.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALÉM** – Obrigado Sr. Presidente. Quero comentar a manifestação do Cipriano como da Mônica, tem um caráter muito positivo, porque foi muito propositiva sugerindo então, recebi um documento agora, que efetivamente, não só eu, mas os outros envolvidos no projeto terão todo o cuidado de examinar, acredito que o impacto do empreendimento no entorno é uma questão fundamental, tem de ser abordada, ai a comunidade que conhece muito bem todas as questões da área efetivamente deve estar nessa

discussão e vejo como muito bem vinda essa manifestação. Só queria mencionar que com relação, ao que o Paulinho disse, que colocou a questão da descontaminação, tem de ser algo que faz parte total do projeto, tem de ser a remediação daquela área, queria comentar aqui que a Dra. Nilza Antenor que veio representar a Secretaria na primeira audiência pública, ela, efetivamente é um quadro excepcional que temos na Secretaria. Tem toda uma vivência na Prefeitura do Município de São Paulo mais de 30 anos, conhece profundamente a legislação urbanística e sem dúvida ela tem todas as condições de esclarecer os aspectos urbanísticos do projeto. O que estava acontecendo na mesma data em Paris, era a postulação da cidade com apoio e aval do governo Federal para a Expo 2020 – Exposição Universal. Não se falava especificamente em nenhum dato específico desse projeto. O que estava fazendo era a postulação para abrigar, para que a cidade possa então desenvolver a feira universal de 2020.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – A possibilidade da integração desse projeto com a diagonal norte.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALÉM** – Então, temos um conjunto grande de áreas de operação urbana identificadas no plano diretor, que são áreas, no meu juízo muito bem identificadas porque partiram de um diagnóstico preciso das oportunidades de transformação desses territórios, mas elas também estão implícito que isso deve ocorrer ao longo do tempo. Em relação a diagonal norte, é importante que ela esteja na agenda para que se tenha, ela transformada em uma operação urbana na medida em que se desenvolva os estudos, mas parte da diagonal norte, aquela que está desse lado do Rio Tietê, ela foi incorporada a essa operação urbana Lapa Brás. Parte dela está sendo objeto de estudos, isso não impede, então temos um conjunto de operações urbanas em estudo que perfazem uma área importante de um município. Lapa/Brás, que incorpora parte da diagonal Norte. Mooca/Vila Carioca. Essas são malhas ferroviárias, cerca de 40 milhões de m<sup>2</sup>. e temos mais 11 mil hectares na operação urbana Rio Verde/Jacú. Essas que estão sendo desenvolvidas além da Vila Sônia, que está sendo desenvolvida algum tempo. Um novo conjunto de operações a serem desenvolvidas é

importante que a diagonal norte, a parte que ficou ao norte do Rio Tiete seja contemplado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Esse potencial adicional de construção que será realizada aqui, ele será pago com então em outorga onerosa, não teríamos chances de utilizar da figura do Cepac já que não é uma operação.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALÉM** – Pelos dados que estamos propondo em relação a legislação,. O coeficiente básico na proposta é igual ao coeficiente máximo e ele é suficiente para o padrão de adensamento que o parque de eventos e exposições exige. Não haveria nesse caso, outorga onerosa porque nesse caso o próprio coeficiente básico seria suficiente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Encerrado esse projeto. Passemos ao PL 535/11, do Executivo.

Peço a assessoria que na próxima audiência pública peça informações a subprefeitura de Itaquera e adjacentes, para que nos encaminhe o máximo de informação possível dessa situação que envolve essa região desse melhoramento.

Passo a palavra ao Secretário Miguel Luiz Bucalém.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALÉM** – Esse projeto tem de se interpretado em contexto bem mais amplo, porque ele propõe, na verdade a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, os melhoramentos viários necessários para o entorno do polo institucional de Itaquera. Esses melhoramentos viários estão inseridos no programa de desenvolvimento da zona Leste, no contexto da própria operação urbana Rio Verde Jacú e principalmente no entorno do polo de Itaquera. Fazem parte de um convênio que existe entre o Governo do Estado e o Município para o desenvolvimento da zona Leste e as melhorias viárias ficam então possibilitadas na medida em que esse projeto, venha a ser apreciado aqui, porque ele garante à necessidade das intervenções no entorno. O arquiteto Alberto Lauleta que colabora com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, teve uma participação ativa, porque na integração, envolve muito as secretarias. Mesmo a questão só do viário, envolveu a Secretaria de Transportes, Secretaria de Infraestrutura e Obras, a nossa secretaria e o Estado por meio da Dersa. Temos uma

apresentação que farei de uma forma bem resumida, mas que dá esse contexto mais abrangente no qual esse projeto está inserido.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Secretário essas intervenções estão todas dentro da operação urbana rio Verde/Jacú.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALÉM** – Dentro do perímetro. Enquanto aguardamos a apresentação ser colocada no ar, aproveito para mencionar, antecipando um pouco o conteúdo da apresentação, que o Polo de Itaquera, chamamos agora de tecnológico de Itaquera, está, dentro desse contexto em que um projeto induzido de desenvolvimento urbano é colocado em uma região da cidade na qual é necessário que tenhamos mais empregos e que emprego seja absorvido pelos jovens ou pela população que lá moram. Nesse sentido, no entorno da estação Corinthians Itaquera do Metro e da CPTM que é um grande polo, um nó de transporte, também tem terminal de ônibus e no âmbito do projeto vai uma rodoviária, se procurou criar condições para que se fosse implantado um conjunto de equipamentos com uma vocação muito bem definida que é a capacitação de recursos humanos destinados a dar apoio ao desenvolvimento da zona Leste. Temos uma Etec/Fatec, prevista nesse polo, uma unidade do Senai, laboratórios e a incubadora do parque tecnológico da zona leste, um centro de eventos compatível com a região, o fórum, unidade do Instituto Dom Bosco, há um conjunto de equipamentos que servem nesse objetivo de criar condições para que se tenha mais emprego na região. Era necessário, pela própria instalação desse polo, um conjunto de intervenções viárias no entorno que vão propiciar que o polo se instale com as condições adequadas vão ser acelerados pela instalação do próprio estádio que vai abrigar a abertura da copa. É oportuno e será um legado muito importante para a região a implementação dessas obras viárias com a brevidade e com que elas terão. O compromisso é que em fevereiro de 2014 todo esse conjunto de obras viárias no entorno do polo seja implementado. Há um conjunto de cinco grandes intervenções no entorno dessa área. Isso está no contexto também, quer dizer o polo de Itaquera, junto com o polo econômico, são os dois grandes projetos catalizadores da

operação urbana Rio Verde/Jacu, e o objetivo da operação urbana Rio Verde Jacu, é além de qualificar a região criar condições para que a habitação precária que existe na região se transforme em habitações adequadas, criação de parques, é também criar empregos. Esses dois projetos catalizadores que um é o Polo nacional de Itaquera que é servido pelo sistema viário e ou outro polo econômico vão formar como catalizadores dessa mudança na região.

**O SR. JUSCELINO GADELHA** – Quero entrar no raciocínio do Sr. Secretário Bucalem. Em primeiro lugar, seguinte: a gestão Kassab pensou no desenvolvimento da região Leste e, aqui, ampliamos para Ermelino Matarazzo, São Miguel e Guaianases, principalmente no que tange ao desenvolvimento de empregos, então, o polo já era uma proposta e já tinha rodoviária, Fatec, Cetec e Senai, para esse objetivo.

Há ainda algo importante que é a estufa, o desenvolvimento dos empreendimentos de pequenos empresários. Isso já estava pensado na questão do desenvolvimento da zona Leste como um todo.

Com a ampliação do estádio de Itaquera, do Corinthians, acho que aumenta a perspectiva do desenvolvimento, inclusive, no que tange ao desemprego, ou seja, melhoraria a oferta de empregos.

Mas agora vem o compromisso do Governo Municipal para viabilizar a mobilidade daquela região. Claro, ela terá um desenvolvimento muito grande, muitas pessoas circularão por lá, o trem e o metrô já estão saturados, quer dizer, tem muitas vias, elas ajudarão e são importantes, até mesmo vale dizer que estão chegando na época certa, afinal, se demorar muito ficará pior, pois, daqui a pouco, a Copa está aí – conforme colocou nosso Presidente Paulo Frange – e se não tiver esse desenvolvimento justamente quanto à mobilidade ficará difícil.

Parabenizo mais uma vez o contexto do projeto de desenvolvimento, integrando o estádio do Cortinthians e, agora ainda mais, chegando essa mobilidade, e também a responsabilidade da gestão Kassab no desenvolvimento da zona Leste.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Sr. Secretário, enquanto não aparece a imagem, há ainda uma dúvida.

Independente desses melhoramentos contidos no projeto, tem um despacho aprovado no estudo de impacto de vizinhança e no relatório de impacto de vizinhança do empreendimento Arena Sport Club Corinthians, publicado no *Diário Oficial* de 14 de maio, o qual determinou: “quanto ao sistema viário, o empreendedor deveria apresentar, num prazo de 180 dias a partir da data da aprovação do estudo, pelo Cades, as propostas de mitigação do incremento de tráfego regional a ser gerado durante os eventos realizados no futuro estádio”.

Quer dizer, isso independe do projeto que estamos aprovando?

Além disso, o Corinthians tem de apresentar ainda um estudo de mitigação do impacto ou é podemos entender que esse projeto é parte da mitigação, além daquilo a ser apresentado pelo clube?

---

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** - Esse próprio conjunto de intervenções já permite uma condição de mobilidade viária muito melhor e compatível, de uma certa forma, com polo institucional e com a implantação do estádio.

Na verdade, no meu entendimento e pelo que o senhor acabou de ler, esse estudo que o Corinthians deve apresentar ele levará em consideração que existe esse projeto. E, nesse contexto, deveria mostrar que o impacto do estádio fica compatível e, por ventura, com necessidade de um ou outro ajuste.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Então, deve vir uma certidão de diretriz além dessa que é de competência, obrigatória?

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** - É, mas agora, de qualquer forma, nessa certidão de diretriz, como é um convênio celebrado entre Estado e Município a CET levará em consideração a existência dessas obras. E o exame é de algo adicional.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Vereador Tião Farias tem algo a dizer?

- Manifestações concomitantes fora do microfone.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** – Essas dúvidas também podem ter a apresentação na próxima audiência. Fazemos um ensaio antes para ver se isso funciona e se é conveniente assim.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Secretário, para a próxima audiência pública, insisteremos muito que o Estado esteja presente. Aproveito para pedir a colaboração do Vereador Tião Farias no sentido de ver com o Secretário Jurandir se ele pode trazer as informações uma vez que existe convênio com o Dersa e outros tantos convênios e, assim, seria muito interessante termos essas imagens para que possamos entender melhor.

Da outra vez foi muita rica a apresentação, pois antes de discutir esse tipo de assunto, discutimos o polo de Itaquera. Isso dará uma visão muito grande, pois envolve Guarulhos até aqui.

Há um assessor da Vereadora Sandra Tadeu inscrito, Sr. Euzébio?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** - Tem a palavra o Vereador Tião Farias.

**O SR. TIÃO FARIAS** – Primeiro, gostaria de agradecer a presença do Sr. Secretário, aliás, quem mais nos visitou.

Durante sua exposição fiz minha análise e também conversei com minha chefe de gabinete, a quem pedi fosse preparado um requerimento – nem sei se é necessário – para solicitar a vinda dos Secretários do Estado, envolvidos nesse projeto. Assim, podemos fechar as informações, tem a rodoviária, a Fatec e, portanto, várias ações.

Todos concordando, nem seria necessário o requerimento. Falarei com o Secretário pois tenho certeza que ele virá.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Conto com sua ajuda e pedimos ao Presidente da Casa para enviar o pedido. Nossos trabalhos praticamente terminam com esse final de ano e, assim, teremos uma apresentação interessante proximamente.

Até porque há uma discussão que, inclusive, trata de um convênio que será

assinado pela Câmara – já estamos levando ao Presidente José Police Neto para apreciação – no sentido de termos todas essas informações num portal – transparência – e para que todas as pessoas possam consultar em tempo real, ou seja, terem acesso a tudo que diz respeito à construção do polo de desenvolvimento econômico e o estádio do Corinthians.

Sr. Euzébio, único inscrito, tem a palavra.

**O SR. EUZÉBIO** – Bom dia, Presidente. Meus cumprimentos à Mesa.

Sou assessor da Vereadora Sandra Tadeu e tenho uma pergunta ao Sr. Secretário.

Com relação ao PL 535 se haverá desapropriações e qual é a estimativa?

Só isso. Obrigado.

**O SR. MIGUEL LUIZ BUCALEM** – Sim. Em relação às desapropriações há algumas envolvidas e os números foram estimados. O Lauletta ainda está aqui? Tem os dados?  
(Pausa).

**O SR. ALBERTO LAULETTA** – Haverá algumas desapropriações em uma única obra: nas alças de acesso da Jacu Pessego para a nova Radial. Nesse local, serão necessárias, pois não há como fazer as alças sem essas desapropriações. É algo pequeno, só nesse local.

As outras quatro obras não envolvem nenhum tipo de desapropriação.

**O SR. TIÃO FARIAS** - O senhor está falando no projeto global, incluindo o do Estado, ou só da Prefeitura.

**O SR. ALBERTO LAULETTA** – É o convênio que foi assinado entre a Prefeitura e o Governo do Estado para obras próximas.

**O SR. TIÃO FARIAS** - A desapropriação que o senhor está falando envolve inclusive as obras do Governo do Estado, ou seja, só tem essa desapropriação que o senhor citou?

**O SR. ALBERTO LAULETTA** – É, essas obras são as obras do convênio do Governo do Estado com a Prefeitura. A desapropriação é feita pela Prefeitura e a obra é feita

pelo Governo do Estado.

São 5 obras previstas. Dessas obras, 4 não têm desapropriações. Só uma que exige a desapropriação.

**O SR. TIÃO FARIAS** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Mais alguém gostaria de fazer algum comentário? (Pausa).

Não havendo mais inscritos, encerraremos nossos trabalhos, não são antes deixar todos convidados para dia 14, às 10h, nesse mesmo local, para uma audiência pública desse mesmo projeto.

Buscaremos o máximo de informações que complementar o *power point*, Secretário.

Boa tarde a todos. Está encerrada a audiência pública dos projetos da pauta de  
\_\_\_\_\_ hoje.

